



Projeto:

“ACTION/Portugal – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste” (Fase 2)

Relatório de Avaliação Intermédia

Designação:	ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial dos Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.
Países Beneficiários:	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste
Código do Projeto	Componente global - GLO/19/50/PRT Componente do CIF/Turim - P9512245
Patrocinador:	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal
Duração:	janeiro de 2019 a dezembro de 2021
Orçamento global:	3,198,290 EUR
Período coberto pelo relatório:	janeiro de 2019 a julho de 2020
Preparado por:	Departamento de Proteção Social da OIT (SOCPRO/OIT)/ dezembro 2020



REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL



Organização Internacional do Trabalho



Centro Internacional de Formação

Índice

Lista de Acrónimos	ii
Lista de tabelas	iii
Lista de gráficos	iii
Sumário Executivo	1
1. Introdução e justificação da avaliação	4
2. Síntese do projeto e suas atividades	4
2.1. <i>Antecedentes do Projeto</i>	4
2.2. Estratégia de implementação	5
2.3. <i>Objetivos, indicadores, resultados e principais atividades previstas</i>	5
2.4. <i>Grupos alvo e beneficiários</i>	8
3. Princípios da avaliação realizada	9
3.1. <i>Propósito, âmbito e objetivos</i>	9
3.2. <i>Critérios e principais questões da avaliação</i>	9
3.3. <i>Metodologia e instrumentos da avaliação</i>	9
3.4. <i>Destinatários da avaliação</i>	10
4. Resultados da avaliação e interpretação dos dados obtidos	10
4.1. <i>Linhas de atuação e efeitos da pandemia COVID19 nas atividades do projeto</i>	10
4.2. <i>Componente global/coordenação do Projeto</i>	11
4.3. <i>Atividades de caráter formativo</i>	12
4.4. <i>Atividades realizadas nos países beneficiários</i>	14
4.5. <i>Avaliação das atividades formativas</i>	16
4.6. <i>Interpretação dos dados</i>	18
4.6.1. <i>Relevância</i>	18
4.6.2. <i>Eficiência</i>	19
4.6.3. <i>Eficácia</i>	19
4.6.4. <i>Impacto</i>	20
4.6.5. <i>Sustentabilidade</i>	21
4.7. <i>Propostas para melhorar o desempenho do projeto</i>	21
5. Conclusões	23
6. Lições aprendidas e boas práticas	25
6.1. <i>Lições aprendidas</i>	25
6.2. <i>Boas práticas</i>	26
7. Recomendações	27
8. Anexos	29
1. <i>Termos de referência para a avaliação intermédia do projeto ACTION/Portugal</i>	29
2. <i>Documentação consultada</i>	29
3. <i>Lista das pessoas inquiridas e/ou contactadas</i>	29
4. <i>Relatório inicial/ “Inception Report”</i>	29
5. <i>Questionário aos Participantes nas Atividades do projeto</i>	29
6. <i>Questionário às Pessoas Chave dos países beneficiários</i>	29
7. <i>Questionário aos Técnicos da OIT intervenientes nas atividades do projeto</i>	29
8. <i>Balanço das atividades realizadas em 2019 e 2020</i>	29
9. <i>Resultados dos Questionários aos Participantes nas Atividades</i>	29
10. <i>Resultados dos Questionários às Pessoas Chave dos países</i>	29
11. <i>Principais Lições Aprendidas (Formato OIT)</i>	29
12. <i>Principais Boas Práticas emergentes do Projeto (Formato OIT)</i>	29

Lista de Acrónimos

ABND/DNBA	<i>Assessment-Based National Dialogue</i> /Diálogo Nacional Baseado na Avaliação
ACI/AIC	<i>Area of Critical Importance (ILO)</i> /Área de Importância Crítica (OIT)
ACT/EMP	Bureau for Employers' Activities (Gabinete da OIT para as Atividades dos Empregadores)
ACTRAV	Bureau for Workers' Activities (Gabinete da OIT para as Atividades dos Trabalhadores)
APROSOC	Apoio à Proteção Social
CIF-OIT	Centro Internacional de Formação da OIT
CIPS	Centro de Informação sobre Proteção Social
CIT	Conferência Internacional do Trabalho
CONSILMO	Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique
COVID 19	Coronavirus Disease 2019, acrónimo do inglês de Doença do Coronavírus 2019
CSU	Cadastro Social Único (Cabo Verde)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
EVAL	Unidade de Avaliação (da OIT)
ICCA	Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente
IFAL	Instituto de Formação para a Administração Local (Angola)
INAS	Instituto Nacional de Acção Social (Moçambique)
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (Angola)
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (Angola)
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social (Moçambique)
MISAU	Ministério da Saúde (Moçambique)
MITSS	Ministério do Trabalho e Segurança Social (Moçambique)
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (Timor-Leste)
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal
NU	Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OTM-CS	Organização dos Trabalhadores de Moçambique - Central Sindical
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAR/RAP	Protocolo de Avaliação Rápida/ <i>Rapid Assessment Protocol</i>
PPS	Piso de Proteção Social (da OIT)
PRODEV	Desenvolvimento de Programas e Cooperação Regional do CIF/OIT
PSCM-PS	Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Proteção Social
PTDP	Programa de Trabalho Digno por País (DWCP, acrónimo em inglês)
QFA	Questionários Finais de Avaliação
RTSS	Regime Transitório de Segurança Social (Timor-Leste)
SGS	Sistema de Gestão do Desempenho
SOCPRO	Social Protection Department (Departamento de Proteção Social da OIT)
SPER	Social Protection Expenditure and Performance Review (Avaliação da OIT sobre as despesas e desempenho da proteção social)
STEP	Estratégias e Técnicas de Luta contra a Exclusão Social e Pobreza, Programa da OIT
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

Lista de tabelas

Tabela 1. Atividades presenciais realizadas	12
Tabela 2. Distribuição por Países das Atividades Presenciais	13
Tabela 3. Atividades realizadas “à distância”	13
Tabela 4. Principais realizações do Projeto por País	20

Lista de gráficos

Gráfico 1. Médias dos parâmetros das Atividades
Gráfico 2. Média da avaliação de cada Atividade
Gráfico 3. Relevância da Atividade Formativa (de 0 a 5)
Gráfico 4. Avaliação dos participantes nas atividades formativas
Gráfico 5. Avaliação dos participantes sobre Atividades “Presenciais” e “À distância”

Sumário Executivo

O apoio do projeto continua a focar-se na assistência técnica, reforço de competências, acesso à informação e intercâmbio de conhecimentos, com atividades em quatro áreas de intervenção, alinhadas com o Programa Mundial de Pisos de Proteção Social lançado por SOCPRO: (i) Apoiar as instituições nacionais na conceção, implementação, avaliação de programas de proteção social e no desenvolvimento de estatísticas de proteção social, com vista à implementação de Pisos Nacionais de Proteção Social, contribuindo para os processos de diálogo nacional relacionados com a extensão da cobertura e o aumento da eficiência dos sistemas de proteção social; (ii) Reforçar as capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social através da realização de atividades de capacitação (25 ações formativas com um total de 1042 participantes); (iii) Favorecer o acesso dos PALOP e de Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional, no contexto da Campanha Global; e (iv) Contribuir para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP, em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social.

O objetivo de desenvolvimento do projeto ACTION/Portugal é o de “contribuir para melhorar a cobertura da proteção social e a qualidade das suas estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”. Estrutura-se em torno de 4 objetivos imediatos:

1. Os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e programas para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social conforme as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 da ONU.
2. Os países, em particular as instituições de proteção social e as organizações de trabalhadores e de empregadores, têm desenvolvido, mediante ações de formação, as suas capacidades e competências para a implementação, acompanhamento e avaliação das políticas, estratégias e programas relacionados com a extensão dos programas de proteção social.
3. Os países têm melhorado as suas estatísticas sobre proteção social, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS.
4. Os atores da proteção social melhoraram o acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participar na campanha mundial para a extensão da proteção social, e têm transferido boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

A matriz do quadro lógico inclui ainda um conjunto coerente de indicadores, de resultados e atividades que têm guiado toda a implementação, monitorização e avaliação desta fase do projeto.

A avaliação intermédia do projeto visou fortalecer as capacidades de análise do pessoal do projeto e fornecer recomendações para o restante período de execução, tendo sido definida pelos Termos de Referência oportunamente preparados por SOCPRO e tendo como principais objetivos:

- Determinar se o Projeto atingirá os seus objetivos estabelecidos e como eles estão ou não a ser alcançados até ao momento (ou seja, realizações e insuficiências na implementação do projeto);
- Determinar a efetividade e a eficiência da implementação do Projeto;
- Estabelecer a relevância da estratégia de implementação do projeto, dos resultados e do nível de sustentabilidade alcançado;
- Fornecer recomendações sobre etapas do período restante de implementação do projeto e para garantir a sustentabilidade dos seus resultados;
- Identificar lições aprendidas e boas práticas.

O Projeto ACTION/Portugal partiu de uma base sólida e estruturada resultante do trabalho realizado pelas várias fases dos anteriores projetos STEP/Portugal e ACTION/Portugal (fase 1), no apoio às políticas e aos mecanismos contributivos e não contributivos de proteção social, no reforço das capacidades das instituições responsáveis e na inserção dessas políticas e programas no quadro mais vasto da luta contra a pobreza, pela inclusão social e pelo acesso ao trabalho digno.

A interpretação dos dados da avaliação revela que o projeto é considerado pela generalidade dos inquiridos como **muito positivo** , o que é evidenciado pelos resultados dos diferentes **parâmetros avaliados** :

- **Relevância** . O projeto foi avaliado como muito relevante, tanto ao nível do seu desenho como da implementação, a partir das informações coletadas nos questionários realizados e das respostas aos QFA, onde as respostas às questões “correspondência da formação para o desempenho do participante e para as necessidades da instituição”, respetivamente, com 4,45 e 4,49 (sempre numa escala de zero a cinco).

- **Eficiência.** Dada a sua relação com custos e a forma como se implementaram as atividades, a eficiência foi analisada com base na avaliação atribuída pelos participantes aos seguintes aspetos: Adequação dos conteúdos aos objetivos (4,31), Métodos de aprendizagem (4,31), Pessoas-recurso (4,44), Materiais utilizados (4,33) e Qualidade geral da atividade (4,44), permitem concluir que todos estes parâmetros foram avaliados muito positivamente.
- **Eficácia.** A implementação do projeto até ao momento foi avaliada com base na classificação atribuída pelos Quadros nacionais ao nível atual de implementação das atividades previstas para atingir cada um dos 4 objetivos. Atendendo a que o projeto está numa fase intermédia, considera-se claramente positiva a avaliação ao nível de execução das atividades previstas para cada objetivo imediato.
- **Impacto.** Para estimar o potencial impacto atual do projeto identificaram-se, em cada país, as 3 principais realizações para as quais o projeto contribuiu. Da análise das realizações retidas, pode constatar-se um impacto extremamente valioso da atividade do projeto nos sistemas de proteção social dos países beneficiários do seu apoio, apesar do contexto menos favorável resultantes da pandemia covid19 e/ou da difícil situação socioeconómica de alguns países.
- **Sustentabilidade.** O projeto tem criado condições para assegurar a persistência no tempo dos impactos suscitados. Em particular, devem referir-se dois efeitos que permitem justificar que se encontra no bom caminho para assegurar a sua sustentabilidade: (i) ao nível institucional, a participação de 1042 Quadros nacionais e membros dos diferentes constituintes tripartidos da OIT de todos os países beneficiários contribuiu para a melhoria da capacidade das instituições atuantes no domínio da proteção social em cada país; e (ii) ao nível político, a ação do projeto tem contribuído para colocar na ordem do dia a importância do fortalecimento dos sistemas de proteção social, considerando-os como essenciais para o combate à pobreza e para atingir os objetivos dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

As **conclusões** evidenciam a avaliação muito positiva atribuída pela grande maioria dos inquiridos, devendo salientar-se que, tal como a presença de especialistas da OIT nos países é um fator muito importante para um desenvolvimento positivo das atividades, o contexto de cada País (sobretudo no quadro da atual pandemia) e o interesse das autoridades nacionais afetam negativamente o seu impacto.

Ao nível das **lições aprendidas**, podem destacar-se até ao momento como **aspetos positivos** da implementação do ACTION/Portugal:

- Uma visão conjunta da situação dos sistemas de proteção social nos países beneficiários e uma melhor partilha da informação, dos conhecimentos e de experiências internacionais relevantes entre os atores nacionais no domínio da proteção social.
- Uma adequada planificação das atividades, traduzida em planos que permitem avaliar sistematicamente o avanço real do projeto e envolver os constituintes nacionais da OIT nas realizações do projeto.
- A coordenação estabelecida com o GEP do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, salientando-se a mais-valia do apoio e participação dos representantes das instituições portuguesas nas atividades de formação implementadas.
- O envolvimento das representações diplomáticas de Portugal nas atividades realizadas nos países destinatários.
- A boa articulação a todos os níveis entre a equipa da OIT (Genebra, Turim, Escritórios regionais e sub-regionais, PALOP e Timor-Leste).
- O alinhamento das atividades do ACTION com o trabalho realizado pela OIT e por outros parceiros nos diversos países, nomeadamente na procura de sinergias com as intervenções de outras agências das Nações Unidas e de outros parceiros internacionais (bi e multilaterais)..
- A capacidade do projeto para responder a solicitações pontuais e não previstas das instituições nacionais no domínio da proteção social, como foi o caso da pandemia COVID19.
- A integração plena do projeto no “Programa Mundial para Construir Pisos de Proteção Social para Todos” visando apoiar os países na construção de pisos de proteção social (PPS), enquanto garantias de proteção social básica para todos, através do desenvolvimento de capacidades para planear, conceber, implementar e operar regimes e sistemas apropriados ao contexto de cada país.
- Os esforços para promover a articulação entre as instituições dos sistemas de proteção social (instituições governamentais do Trabalho e Solidariedade, da Ação Social e da Saúde e não governamentais, tais como os representantes de empregadores e de trabalhadores).
- O bom nível de satisfação das instituições e dos países com as atividades realizadas, tal como demonstrado pelas respostas aos questionários desta avaliação e pelas entrevistas realizadas.

- A produção de estudos, documentos técnicos e vídeos ou documentários em língua portuguesa, disponíveis não apenas para os países destinatários do projeto, mas para toda a comunidade lusófona.
- A criação de dinâmicas de Cooperação Sul-Sul entre os países lusófonos na partilha de conhecimentos e de experiências (PALOP e Timor-Leste).
- Articulação entre instituições do regime contributivo e não contributivo.
- Incorporação de uma visão abrangente e integrada do desafio da extensão e reforço da cobertura de proteção social incluindo outras áreas prioritárias como emprego, formação profissional, educação, etc...

Ainda ao nível das **lições aprendidas**, retêm-se como principais **desafios**:

- As dificuldades em realizar ou desenvolver atividades nos países onde não existe a presença física de um Escritório ou de um Especialista da OIT.
- A gestão das expectativas por parte dos países beneficiários e das respostas possíveis de serem dadas com os limitados recursos do projeto face aos grandes desafios e ao número de países destinatários (6).
- Os níveis muito diferentes de desenvolvimento dos sistemas de proteção social nos vários países beneficiários e a consequente necessidade de trabalhar, em simultâneo, a níveis muito diversificados.
- A complexa, e por vezes quase inexistente, articulação entre os vários atores implicados nos diferentes Pisos de Proteção Social que dependem de diferentes tutelas (mais pronunciada em alguns países).
- A burocracia institucional e as questões políticas a nível nacional (p. ex. eleições, mudança de governantes e responsáveis nacionais, alterações institucionais, elevado tempo de decisão política, etc.).
- A escassez, em alguns países, de recursos humanos, financeiros e orçamentais para que possam implementar oportunamente as atividades suscitadas pelas iniciativas desenvolvidas.
- As dificuldades em fazer chegar informação prévia diretamente aos beneficiários das atividades de formação, sendo desejável que os nomes e contactos dos participantes propostos sejam disponibilizados com antecedência para que possam receber e analisar informação prévia sobre a ação, aumentando a probabilidade de satisfazer as expectativas e necessidades dos participantes, para além de contribuir para a formação de grupos mais homogêneos.
- Dificuldade em garantir um maior equilíbrio no tratamento das questões de género nas várias atividades.
- Insuficiente conhecimento do projeto em instituições intervenientes em domínios da proteção situados fora do mandato dos Ministérios do Trabalho nacionais (Saúde, Ação Social, etc.), por dificuldades de comunicação existentes entre elas.

Algumas **recomendações** foram identificadas para manter e, se possível, melhorar o nível de desempenho do projeto na segunda parte da sua implementação:

- i) Fazer todos os esforços para manter os atuais padrões de qualidade, continuando a planificar as atividades formativas em função do atual contexto pandémico e da assistência técnica possível de disponibilizar em cada país, aperfeiçoando o seguimento das atividades e a sua réplica nas instituições.
- ii) Reforçar a informação preliminar sobre as atividades formativas, sendo desejável a divulgação no início de cada ano do seu calendário;
- iii) Melhorar o envolvimento dos decisores nacionais em matéria de proteção social, intervindo para identificar possíveis vias para a concretização dos objetivos do projeto;
- iv) Estimular, não obstante os problemas estruturais existentes, uma maior participação de mulheres e, sobretudo, reforçar as questões de género no conteúdo das atividades.
- v) Promover uma maior sensibilização dos representantes de trabalhadores e de empregadores, sobretudo na importância da área não contributiva, incrementando a realização de discussões tripartidas sobre proteção social;
- vi) Incluir novos temas e aprofundar temas já tratados nas atividades anteriores;
- vii) Reforçar as atividades online, tais como cursos à distância, webinars, disponibilização de documentos e informações pertinentes e assistência técnica (via Zoom, Skype, Teams, etc.);
- viii) Reforçar as assistências e capacitação dos serviços nas medidas de proteção no âmbito da COVID e no pós COVID;
- ix) Melhorar a disseminação dos produtos de conhecimento aos técnicos nacionais, fomentando a utilização das diferentes plataformas disponíveis;
- x) Continuar e reforçar a colaboração com outras iniciativas de ajuda ao desenvolvimento dos sistemas de proteção social (bi ou multilaterais).

1. Introdução e justificação da avaliação

O presente relatório traduz os resultados da avaliação intermédia independente que visou fornecer recomendações para o seu período remanescente do projeto (até dezembro de 2021).

Nesta avaliação definida pelos Termos de Referência em anexo 1, dada a situação pandémica vivida na generalidade dos países, recorreu-se a diversificadas fontes de informação on-line, para permitir uma verificação “cruzada” dos resultados obtidos e, assim, validar a análise das atividades implementadas, o impacto verificado (aos níveis individual e institucional) e fundamentar devidamente as conclusões, lições aprendidas e recomendações daí decorrentes.

Como instrumentos de avaliação, foi efetuada uma ampla e exaustiva revisão de todos os documentos relacionados com o projeto e com os sistemas de proteção social nos países destinatários, prepararam-se e realizaram-se questionários aos Participantes (via Survey Monkey), às Pessoas Chave da Proteção Social em cada país e aos Técnicos da OIT envolvidos, complementados com diálogos via Zoom e Skype.

Espera-se que os resultados desta avaliação independente constituam uma base sólida, credível e fundamentada para a continuidade das atividades do projeto e contribuam para a concretização do grande objetivo global do projeto de aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

2. Síntese do projeto e suas atividades

2.1. Antecedentes do Projeto

Os países beneficiários do projeto ACTION/Portugal continuam a apresentar grandes desafios relativos à redução da pobreza e importantes lacunas em matéria de cobertura da proteção social. Os baixos níveis de cobertura legal e efetiva dos regimes de segurança social não contributivos, contributivos e de saúde justificaram a implementação de uma segunda fase do projeto ACTION/Portugal visando contribuir para o reforço dos seus sistemas de proteção social.

Entre 2009 e 2013, a OIT, através das suas unidades especializadas, implementou diversas ações para os PALOP, nomeadamente o Projeto STEP/Portugal, visando reforçar competências e apoiar a formulação e implementação de políticas e programas de proteção social. Foram realizadas ações de desenvolvimento e partilha de conhecimentos, através da tradução e publicação de 14 documentos em português, da produção de 18 estudos, notas técnicas e recursos didáticos e do desenvolvimento e fortalecimento do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS).

A fase 1 do projeto ACTION/Portugal, iniciada em setembro de 2015 e que se estendeu até dezembro de 2018, deu seguimento aos objetivos dos Estados membros nas áreas do Trabalho e dos Assuntos Sociais, reafirmados na Declaração de Tíbar (aprovada pelos responsáveis do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, em Tíbar - Timor-Leste): “Reiterar o empenho na promoção de políticas sociais, designadamente medidas ativas de emprego, com enfoque no emprego jovem bem como na extensão da proteção social universal, concretizando, gradualmente, os pisos nacionais de proteção social, em linha com a Recomendação n.º 202 da OIT”.

O quadro da proteção social nos seis países beneficiários do projeto requeria uma ação prioritária da OIT e uma nova fase do projeto que, com base na experiência, lições aprendidas e pontos fortes da intervenção precedente, continuasse a coordenar os esforços no sentido de reforçar os seus sistemas de proteção social. O objetivo de desenvolvimento do projeto ACTION/Portugal é o de “contribuir para melhorar a cobertura da proteção social e a qualidade das suas estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”.

O projeto dá especial importância às normas internacionais da OIT em matéria de segurança social e aos Pisos de Proteção Social e ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inscritos na Agenda 2030 das Nações Unidas. Para além da Agenda 2030, os instrumentos internacionais de referência são a Convenção n.º 102 sobre as normas mínimas de segurança social, a Recomendação n.º 202 relativa aos Pisos Nacionais de Proteção Social e os demais instrumentos denominados de terceira geração. Na implementação do projeto, a OIT teve sempre presente que, ao estabelecerem sistemas abrangentes de proteção social, os países contribuem para fortalecer o seu contrato social e para reforçar os seus estabilizadores económicos e sociais, incluindo em tempos de crise, tais como o vivido atualmente com a pandemia COVID19.

2.2. Estratégia de implementação

Em junho de 2012, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou a instauração de um novo instrumento normativo internacional na forma de uma recomendação (R. 202) sobre Pisos Nacionais de Proteção Social.

A nível regional, a nova fase do projeto ACTION/Portugal insere-se, por um lado, no âmbito das declarações de apoio ao desenvolvimento de pisos de proteção social resultantes das reuniões regionais da OIT para a África e Ásia e, por outro, no âmbito da CPLP está em consonância com as suas declarações na Reunião de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais e com os discursos proferidos na 103.ª Conferência Internacional do Trabalho e na 323.ª Sessão do Conselho de Administração da OIT.

O compromisso para estabelecer sistemas de segurança social e pisos de proteção social está bem patente no documento “Transformando o nosso Mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030”, aprovada na cimeira da ONU, em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de setembro de 2015. Através da sua contribuição para os pilares social e económico do desenvolvimento sustentável, a proteção social refletiu-se, direta ou indiretamente, em pelo menos cinco dos 17 ODS. Em particular, a meta 1.3 dos ODS da Agenda 2030 faz um apelo aos países para implementarem, a nível nacional, sistemas apropriados de proteção social para todos, incluindo pisos de proteção social para reduzir e prevenir a pobreza.

A monitorização dos progressos realizados pelos países na consecução dos ODS requererá um significativo investimento nas capacidades nacionais em matéria de estatísticas de proteção social, o que inclui a realização de esforços adicionais para melhorar a recolha, análise e divulgação sistemáticas de dados sobre a proteção social. Tal exigirá um fortalecimento das capacidades nacionais de recolha, análise e divulgação regulares de dados e indicadores-chave que possam fornecer orientações úteis aos decisores políticos e a outras partes interessadas, incluindo dados desagregados por sexo, grupo etário e estado de deficiência.

O projeto integra a estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT na medida em que contribuirá para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social, bem como identifica(rá), facilita(rá) e apoia(rá) a implementação de acordos de Cooperação Sul-Sul no domínio da proteção social entre os PALOP e Timor-Leste.

O apoio do projeto continua a focar-se na assistência técnica, reforço de competências, acesso à informação e intercâmbio de conhecimentos, com atividades em quatro áreas de intervenção, alinhadas com o Programa Mundial de Pisos de Proteção Social lançado por SOCPRO:

- I) Apoiar as instituições nacionais na conceção, implementação, avaliação de programas de proteção social e no desenvolvimento de estatísticas de proteção social, com vista à implementação de Pisos Nacionais de Proteção Social, contribuindo para os processos de diálogo nacional relacionados com a extensão da cobertura e o aumento da eficiência dos sistemas de proteção social.
- II) Reforçar as capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social através da realização de atividades de capacitação (28 ações formativas com um total de 893 participantes).
- III) Favorecer o acesso dos PALOP e de Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional, no contexto da Campanha Global.
- IV) Contribuir para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP, em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social.

As atividades do Projeto ACTION/Portugal inserem-se no quadro da programação nacional da OIT, mais especificamente nos Programas de Trabalho Digno por País (PTDP).

2.3. Objetivos, indicadores, resultados e principais atividades previstas

O projeto ACTION/Portugal está estruturado em torno da seguinte matriz do quadro lógico:

Objetivo imediato 1: Os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e programas para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social em concordância com as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Indicadores:

- Número de países que têm estendido e/ou melhorado a cobertura e a adequação das prestações da proteção

social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, em concordância com a Recomendação n.º 202 e em linha com a implementação da meta 1.3 dos ODS.

- Número de países que melhoraram benefícios ou a administração de pelo menos um dos seus regimes de segurança social, de acordo com a Convenção n.º 102 e os ODS.

Produtos:

- 1.1 Relatórios técnicos sobre as políticas nacionais, planos e reformas legislativas para estender a cobertura da proteção social, preparados e submetidos a consulta por meio de um diálogo social tripartido.
- 1.2 Realização de processos de diálogo social a nível nacional, através das metodologias desenvolvida pela OIT.
- 1.3 Análises institucionais para melhorar a articulação, coordenação e supervisão dos programas de proteção social contributivos e não contributivos.
- 1.4 Prestação de assistência técnica aos países no domínio da implementação administrativa de políticas, estratégias e programas de proteção social.
- 1.5 Assistência técnica para a revisão da legislação nacional para melhorar a sua implementação e avançar na ratificação das convenções da OIT.

Atividades:

- Recolher, analisar e validar, através do diálogo social, as necessidades atuais expressas pelas diferentes instituições nacionais em termos de assistência técnica, do reforço de competências e do desenvolvimento e partilha de conhecimentos.
- Realizar e validar, através de diálogo tripartido, diagnósticos sobre os níveis de articulação e coordenação dos sistemas e pisos de segurança social e propor recomendações para a melhoria nessas áreas que aumentem a eficácia e a eficiência dos sistemas e pisos de proteção social.
- Elaborar e validar, através de diálogo social, diagnósticos nacionais orientados para a identificação de lacunas na proteção social (jurídicas, na cobertura, nas políticas, governação, igualdade de género, etc.), aplicando as ferramentas técnicas disponibilizadas por SOCPRO (SPER, ferramentas de custeio, guias de boas práticas, monitorização, avaliação, criação de espaço fiscal e estudos atuariais).
- Baseado na atividade anterior, elaborar e validar uma linha de base sobre o estado da proteção social nos PALOP e Timor-Leste, incluindo a análise de lacunas na implementação do piso, sempre com uma perspetiva de género.
- Elaborar e divulgar, junto dos parceiros sociais e opinião pública, as análises comparativas da legislação nacional sobre a aplicação das normas internacionais da OIT.
- Apresentar e divulgar as análises jurídicas em reuniões tripartidas visando promover a adoção das Convenções da OIT sobre segurança social e dos objetivos da Agenda 2030, direta ou indiretamente relacionados com os ODS.
- Propor avaliações e recomendações para melhorar a gestão das instituições de proteção social, as questões de financiamento, gestão de investimentos, entrega dos benefícios e de outras prestações, entre outros.
- Conduzir análises das capacidades de gestão das instituições de proteção social e propor melhorias na sua administração para estender a cobertura da proteção social, com ênfase nos grupos de cobertura difícil (trabalhadores domésticos, economia informal, migrantes, etc.), incorporando sempre uma perspetiva de género.
- Desenvolver análises das desigualdades de género no acesso à proteção social e formular e discutir recomendações para reduzir as desigualdades.

Objetivo imediato 2: Os países, em particular as instituições de proteção social e as organizações de trabalhadores e de empregadores, têm desenvolvido, mediante ações de formação, as suas capacidades e competências para a implementação, acompanhamento e avaliação das políticas, estratégias e programas relacionados com a extensão dos programas de proteção social.

Indicadores:

- Número de atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas.
- Número de funcionários públicos e membros dos parceiros sociais apoiados pelos governos para receber formação nas áreas da extensão da proteção social e da aplicação das normas internacionais da OIT sobre proteção social.
- Nível de satisfação por parte dos participantes nas atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências.
- Número de governos que concebem, atualizam ou implementam iniciativas para aperfeiçoar os seus programas de proteção social através da melhoria do desempenho das instituições, do reforço do financiamento e da identificação de espaço fiscal, e da melhoria dos seus processos administrativos.

Produtos:

- 2.1 Análise das necessidades de formação por parte das instituições de proteção social.

2.2 Implementação de programas de formação (PALOP e Timor-Leste) para os gestores e técnicos de instituições, organizações de trabalhadores e de empregadores e da sociedade civil (cursos, seminários e workshops coordenados pelo CIF-OIT).

Atividades

- Organizar seminários e workshops nacionais para apresentar e discutir os diagnósticos, análise e recomendações desenvolvidos com o apoio do Projeto, com a participação de dirigentes e técnicos das instituições responsáveis pela proteção social e dos mandantes tripartidos.
- Conceber e implementar atividades de formação, nacionais e inter-regionais, em colaboração com o CIF-OIT, destinadas a reforçar a capacidade dos atores envolvidos na gestão da proteção social e suas políticas, incluindo os representantes das organizações de trabalhadores e de empregadores e de outros parceiros da sociedade civil envolvidos.
- Organizar academias, seminários e workshops nacionais, regionais e globais para apresentar e discutir os diagnósticos, análise e recomendações desenvolvidos com o apoio do Projeto, com a participação de dirigentes e técnicos das instituições responsáveis pela proteção social e dos mandantes tripartidos.
- Preparar e implementar ações de intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas.

Objetivo imediato 3: Os países têm melhorado as suas estatísticas sobre proteção social, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS.

Indicadores:

- Nível de estatísticas e indicadores disponibilizados pelos países para a monitorização das políticas e programas de proteção social, preferencialmente com desagregação por género.
- Nível de produção dos indicadores para monitorização do progresso dos ODS relacionados direta ou indiretamente com proteção social, preferencialmente com desagregação por género.

Produtos:

- 3.1. Análise das necessidades de assistência técnica das instituições nacionais envolvidas na recolha, análise, tratamento e divulgação de dados estatísticos dos diferentes ramos da proteção social.
- 3.2. Fortalecimento das capacidades operacionais das instituições de proteção social na gestão, em termos da utilização de plataformas de tecnologias da informação e comunicação (TIC), sistemas estatísticos, bem como no desenvolvimento de indicadores e na monitorização do progresso dos ODS.
- 3.3. Reforço dos mecanismos nacionais de coordenação interinstitucional, incluindo as agendas nacionais de estatística para a produção e consolidação de dados sobre os pisos do sistema de proteção social.
- 3.4. Conceção e implementação de um programa de formação a nível nacional para os técnicos envolvidos na produção de estatísticas fiáveis e de qualidade de proteção social (em colaboração com o CIF-OIT).
- 3.5. Relatórios sobre os indicadores de proteção social dos ODS e estatísticas sobre proteção social atualizados e disponíveis.

Atividades

- Conduzir exercícios para análise das necessidades nacionais de assistência técnica no domínio da produção de estatísticas dos diferentes ramos da proteção social.
- Analisar as agendas nacionais de estatística para a produção de informação estatística e identificar os principais desafios para uma efetiva consolidação de dados sobre o sistema de proteção social.
- Propor medidas para que os países estabeleçam mecanismos de coordenação, de partilha e de consolidação de dados relativos aos diferentes ramos da proteção social.
- Realizar avaliações e disponibilizar recomendações para melhorar as questões de tecnologias da informação e comunicação (TIC), das estatísticas e indicadores, entre outros.
- Organizar atividades de formação, a nível nacional e regional, em colaboração com o CIF-OIT, destinadas a reforçar a capacidade dos técnicos diretamente ligados à produção de estatísticas de proteção social.
- Prestar assistência técnica às instituições nacionais envolvidas na produção de estatísticas de proteção e, em particular, na monitorização do progresso nacional nos ODS.
- Apoiar as instituições nacionais no preenchimento dos Inquéritos sobre Segurança Social (ISS) que a OIT realiza periodicamente.
- Contribuir para que os países beneficiários possam monitorizar anualmente e de forma efetiva os seus progressos nos ODS e, em particular, na meta 1.3.1.

Objetivo imediato 4: Os atores da proteção social melhoraram o acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participar na campanha mundial para a extensão da proteção social, e têm transferido boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Indicadores:

- Número de materiais de apoio a políticas de proteção social que são difundidos e/ou disponibilizados em língua portuguesa.
- Número de países formalmente aderentes à campanha global para a extensão da proteção social, por meio de anúncios e declarações públicas oficiais.
- Número de boas práticas de proteção social que são partilhadas e adaptadas pelos Estados-membros da CPLP, num contexto de Cooperação Sul-Sul e Triangular, através do apoio prestado pelo Projeto.
- Número de ações/iniciativas/seminários implementados no âmbito da proteção social para reforçar as capacidades do setor público, organizações de trabalhadores e de empregadores e da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP, através da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Produtos:

- 4.1. Materiais de apoio à gestão de políticas de proteção social produzidos, traduzidos e difundidos em língua portuguesa.
- 4.2 Um conjunto de recursos audiovisuais, sistematizando as experiências na criação e extensão de Sistemas e Pisos de Proteção Social na CPLP, produzidos e difundidos em língua portuguesa e inglesa.
- 4.3 Seminários inter-regionais (PALOP e Timor-Leste) para o intercâmbio de experiências inovadoras e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social (em colaboração com o CIF-OIT).

Atividades

- Identificar e traduzir os principais recursos didáticos e documentos produzidos pela OIT cobrindo temas de interesse para os países beneficiários do Projeto.
- Traduzir um conjunto de resumos técnicos nas seguintes áreas: extensão da proteção social no quadro das estratégias da formalização, extensão da proteção social em saúde, implementação de pisos nacionais de proteção social.
- Difundir os documentos correspondentes, através da Plataforma de Proteção Social da OIT, do E-campus do ACTION/PORTUGAL do CIF-OIT e do grupo ACTION/Portugal no Facebook.
- Identificar e sistematizar as experiências de criação e extensão de Pisos de Proteção Social na CPLP na forma de resumos técnicos.
- Produzir recursos audiovisuais sobre a situação atual da proteção social nos países da CPLP.
- Sistematizar as experiências dos países da CPLP relacionadas com a extensão da proteção social a grupos específicos da população de difícil cobertura.
- Traduzir e difundir amplamente os recursos audiovisuais produzidos, através da plataforma de Proteção Social da OIT, do E-campus ACTION/Portugal do CIF-OIT e do grupo ACTION/Portugal no Facebook.
- Articular com o CIF-OIT, ações para o intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas nas atividades de formação e capacitação.

2.4. Grupos alvo e beneficiários

Os beneficiários finais previstos do projeto são as pessoas excluídas ou não cobertas adequadamente pela proteção social (regimes contributivos e não contributivos) e seus familiares.

O reforço dos sistemas de proteção social dos países passa necessariamente pelo fortalecimento da capacidade institucional dos constituintes tripartidos da OIT envolvidos e pela promoção de espaços, construtivos e inclusivos, de diálogo social pelo que os beneficiários diretos do projeto são as instituições públicas dos PALOP e de Timor-Leste envolvidas no desenvolvimento e implementação dos pisos nacionais de proteção social.

Além das instituições públicas ligadas à proteção social, o projeto reforça também a capacidade de outras organizações e estruturas, tais como:

- as organizações de trabalhadores e de empregadores envolvidas no desenvolvimento e implementação dos Pisos Nacionais de Proteção Social e na redução da exclusão social nos PALOP e em Timor-Leste;
- as estruturas de apoio da sociedade civil que conduzem ou estão envolvidas em ações de desenvolvimento e implementação dos Pisos Nacionais de Proteção Social nos PALOP e Timor-Leste.

3. Princípios da avaliação realizada

3.1. Propósito, âmbito e objetivos

A avaliação intermédia visa fortalecer as capacidades de análise da equipa do projeto e fornecer recomendações para o período restante, tendo sido definida pelos Termos de Referência anexos a este relatório.

Os principais objetivos da avaliação foram os seguintes:

- Determinar se o Projeto atingirá os seus objetivos estabelecidos e como e porque eles foram / não foram alcançados (ou seja, realizações e insuficiências na implementação do projeto);
- Determinar a efetividade e a eficiência da implementação do Projeto;
- Estabelecer a relevância da estratégia de implementação do projeto e os resultados e o nível de sustentabilidade alcançado;
- Fornecer recomendações sobre etapas do período de implementação do projeto restante e para garantir a sustentabilidade dos seus resultados;
- Identificar lições aprendidas e boas práticas.

A avaliação intermédia, prevista no próprio documento de projeto, centrou-se nas realizações do projeto e na contribuição para os esforços nacionais dos PALOP e de Timor-Leste para reforçarem os respetivos sistemas de proteção social, abrangendo todas as componentes do projeto.

3.2. Critérios e principais questões da avaliação

A avaliação intermédia considerou o projeto como um todo, incluindo as questões de desenho inicial do projeto, a implementação, as lições aprendidas, a sua replicabilidade e as recomendações para programas atuais e futuros. Considerou-se ainda o contributo do projeto para a implementação e o fortalecimento dos sistemas de proteção social, bem como o grau em que essa contribuição está a ser alcançada como planeado e os fatores imprevistos (externalidades) em termos de resultados e produtos.

Os critérios de avaliação incluíram a relevância, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, sendo as principais questões da avaliação as seguintes:

- O desenho do projeto foi adequado?
- A implementação do processo está a contribuir para alcançar os objetivos previstos?
- Quais as limitações encontradas na implementação das atividades e nas realizações do projeto até ao momento?
- O projeto tem sido relevante para os grupos-alvo (beneficiários finais) e para os principais interessados (beneficiários diretos)?
- Estão criadas condições para a sustentabilidade dos resultados do projeto?
- As questões de género têm sido tomadas em consideração?

3.3. Metodologia e instrumentos da avaliação

A avaliação intermédia foi realizada por um consultor independente com experiência em desenho, gestão, monitorização e avaliação de programas e projetos, e com conhecimento de políticas de proteção social.

A avaliação respeitou as Normas do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE para a Qualidade da Avaliação e os critérios estabelecidos nas diretrizes de avaliação da OIT/EVAL para uma avaliação baseada em resultados: “Princípios e justificativa para avaliação e as diretrizes da OIT de requisitos de formatação para relatórios de avaliação”, as quais estabelecem os pilares básicos necessários para garantir a qualidade dos processos e produtos de uma avaliação, garantindo a imparcialidade, a independência, a credibilidade e a utilidade do exercício de avaliação, assim como se baseou nos critérios adotados pelo CAD para avaliar a ajuda ao desenvolvimento: a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade.

Atendendo à situação pandémica vivida atualmente, foram respeitadas as orientações do Escritório de Avaliação da OIT no documento “Implicações do COVID-19 nas avaliações da OIT, Dicas práticas para se adaptar à situação”¹.

¹ Consultada a versão inglesa “*Implication of COVID-19 on evaluations in the ILO, Practical tips on adapting to the situation*”, editada em 29 de abril de 2020.

O processo de avaliação envolveu as seguintes etapas:

- i) Preparação e recolha de informação relacionada com o ACTION/Portugal (relatórios de projeto e quaisquer outros documentos relacionados com o projeto), cuja lista se apresenta no [anexo 2](#)).
- ii) Identificação das pessoas chave do projeto, quer ao nível dos Gestores/Técnicos das instituições nacionais quer da OIT (lista em [anexo 3](#)).
- iii) Redação de um relatório inicial² (*inception report*), incluindo uma proposta metodológica e um plano tentativo de trabalho, apresentado, discutido e aprovado pela OIT.
- iv) Preparação e aplicação de questionários aos Participantes nas atividades ([anexo 5](#)), às Pessoas Chave dos Pisos de Proteção Social em cada país beneficiário ([anexo 6](#)) e aos Técnicos da OIT ([anexo 7](#)) diretamente envolvidos no projeto.
- v) Entrevistas, através do Zoom e Skype, com pessoas chave envolvidas na implementação do ACTION/Portugal (Genebra, Turim, Cabo Verde, Moçambique, Angola, Timor-Leste, Portugal).
- vi) Preparação de um relatório de avaliação interno, partilhado com o Coordenador do Projeto e a equipa ACTION/Portugal para comentários e contribuições que foram tidos em conta pelo Consultor na produção da versão final do relatório.

3.4. Destinatários da avaliação

Os principais destinatários desta avaliação são:

- Autoridades e funcionários do Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS de Portugal
- OIT Genebra
- CIF-OIT
- Escritórios da OIT em Lisboa, Dakar, Yaoundé, Kinshasa, Lusaca, Jacarta e Banguécoque
- Outros parceiros envolvidos no Projeto.

4. Resultados da avaliação e interpretação dos dados obtidos

4.1. Linhas de atuação e efeitos da pandemia COVID19 nas atividades do projeto

No início de 2019 e 2020, primeiros anos da fase 2 do projeto ACTION/Portugal, a OIT procedeu à definição das prioridades estratégicas e da lista de atividades a serem anualmente realizadas, em diálogo com as principais instituições nacionais envolvidas em cada uma das linhas de trabalho identificadas em cada país beneficiário, após um processo de auscultação dos parceiros nacionais dos PALOP e de Timor-Leste. Esse processo envolve(u) o Departamento de Proteção Social da OIT em Genebra (SOCPRO), a equipa do Programa de Proteção Social, Governança e Tripartismo do Centro Internacional de Formação da OIT em Turim (CIF-OIT) e Lisboa (escritório da OIT) e os especialistas da OIT nos países (em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste), para além do Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS. No [anexo 8.A](#) encontram-se listadas, por objetivo e resultado previsto no documento de projeto, todas as atividades transversais e de coordenação.

A equipa de SOCPRO, CIF-OIT e peritos da OIT no terreno estabeleceram as seguintes áreas de trabalho para o projeto ACTION/Portugal:

1. Coordenação do Projeto
2. Prestação de assistência técnica direta
3. Desenvolvimento de Conhecimentos
4. Difusão e Partilha de Conhecimentos.

Dado o impacto que a pandemia COVID19 teve e terá sobre as atividades planeadas e a planear no futuro do projeto, iniciar-se-á este capítulo com uma descrição das ações desencadeadas para lidar com a nova situação criada a partir de março de 2020. Face a esta inesperada situação, sobretudo ao nível das atividades presenciais do projeto e das missões de assistência técnica aos países onde não existe a presença permanente de Técnicos (Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), a equipa do projeto adotou, entre outras, importantes medidas para lidar com a nova situação:

- Realinhamento do apoio técnico aos países para o desenho e acompanhamento das medidas COVID-

² Ver [anexo 4](#).

19 em implementação nos países.

- Reprogramação das atividades que requerem missões e sessões presenciais especialmente de formação e troca de experiências para os últimos quatro meses do ano e a programação de seminários online (webinars) para garantir a presença do projeto ao nível de análise de temas de interesse e relevância para as instituições interessadas.
- Alterações no conteúdo e objetivos de algumas atividades e incorporação de novas publicações e instrumentos de apoio, acompanhamento e análise do trabalho que está a ser desenvolvido para fazer face à crise provocada pela COVID-19 não só em Portugal, PALOP e Timor-Leste, mas também a nível internacional.
- Acelerar a implementação de atividades transversais de disponibilização de documentos, dados e ferramentas de trabalho em português, com particular foco naquelas que visam a resposta à COVID-19.
- Realinhamento do atual ACTION E-Campus para que esteja preparado para cursos à distância, em substituição ou complemento das principais atividades formativas previstas para este ano (em especial, os cursos de estatística global e o novo modelo de previdência atuarial da OIT).
- Preparação de módulos de ensino a distância para os dois cursos indicados acima para serem usados no ACTION E-campus.
- Plano de promoção da nova atividade E-Coaching sobre Proteção Social da OIT com a disponibilização de 9 bolsas que possibilitaram a participação nesta importante ação de capacitação e intercâmbio de quadros técnicos dos PALOP e de Portugal.
- Adiamento para o primeiro semestre de 2021 do *Encontro Internacional COVID-19 e os Sistemas de Proteção Social: Um antes e um depois?*
- Realização de diálogo social e workshops de seguimento de processos em curso, somente com recursos locais e/ou em conjunto com instituições parceiras.
- Revisão do plano de publicação de documentos e ferramentas em português para garantir que continuam relevantes para as necessidades dos países.

4.2. Componente global/coordenação do Projeto

No início da nova fase do projeto, foi refeita a sua equipa, tendo sido selecionados e recrutados colaboradores, distribuídos por Lisboa, Cidade da Praia, Maputo e Díli. As principais atividades realizadas até ao momento nesta componente de coordenação foram as seguintes:

- Elaboração do documento “Inovações para a fase II do ACTION/Portugal” pela equipa do projeto.
- Apresentação do Relatório de Progresso de 2019, também pela equipa do projeto;
- Elaboração do Plano de Ação para 2020 (equipa do projeto);
- Coordenação Técnica com o CIF-OIT, os Escritórios da OIT (Dakar, Lusaca, Yaoundé e Bangué) e os Peritos no terreno para a realização de atividades de promoção e/ou assistência técnica na área da Proteção Social (ex.: seminários nacionais e ações de formação), apoio à definição de prioridades temáticas, resposta aos pedidos de cooperação feitos pelas instituições nacionais e consolidação dos Planos de Ação Nacionais.
- Participação e apoio à realização de fóruns, academias e outras atividades formativas realizadas nos países beneficiários, em Turim ou em Lisboa.
- Produção de um documento com a revisão das atividades como consequência da pandemia COVID19;
- No domínio do desenvolvimento de conhecimentos, preparação de estudos e notas técnicas, baseados em experiências internacionais bem-sucedidas, que possam servir como material de apoio aos constituintes da OIT nos países destinatários bem como a outras partes interessadas na área da proteção social.
- Tradução para a língua portuguesa de diversos documentos (estudos, notas técnicas, resumos técnicos) e produção ou adaptação de vídeos divulgados na Plataforma de Proteção Social da OIT3,

³ <https://www.social-protection.org/gimi/ShowResource.action?lang=FR&id=55980>

na plataforma da OIT Lisboa⁴ e no eCampus do ACTION⁵ serviram para divulgar material de apoio audiovisual durante os seminários/webinars, experiências, documentos, estudos técnicos e vídeos.

- Difusão e partilha de conhecimentos, de informação, de experiências e de boas práticas e de outros produtos através da Plataforma de Proteção Social da OIT, do E-Campus, do Escritório da OIT-Lisboa na sua plataforma e no Facebook do ACTION/Portugal.
- Disponibilização em português de uma plataforma de seguimento, partilha de experiências e apoio técnico sobre as respostas no campo da proteção social à COVID-19: <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=718>
- Criação de *dashboards* (painéis de dados) em português sobre as medidas de proteção social à COVID-19 - <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=3425&lang=EN> - e sobre a situação dos sistemas e benefícios de proteção social a nível mundial, regional e nacional com uma específica visualização para os PALOP e Timor-Leste -

4.3. Atividades de caráter formativo

A componente de formação do projeto ACTION/Portugal é executada pelo CIF/OIT, em estreita coordenação com os escritórios onde têm lugar as atividades programadas. Até ao momento, realizaram-se 18 atividades presenciais, com 363 participantes dos PALOP e de Timor-Leste (ver tabela 1).

Tabela 1. Atividades presenciais realizadas

Atividade	Local	Participantes (Nº)
2019 - Curso Estatísticas da Proteção Social - Fase II	Cid. da Praia (Cabo Verde)	28
2019 - Curso Gestão Financeira de uma Instituição de Segurança Social	Bissau (Guiné-Bissau)	36
2019 - Formação das equipas municipais do Cadastro Social Único - Ilha de Santo Antão	Paúl, S. Antão (Cabo Verde)	17
2019 - Formação das equipas municipais do Cadastro Social Único - Ilha do Fogo	São Filipe, Ilha do Fogo (C. Verde)	21
2019 - II Simpósio Nacional da Família e Inclusão Social: a nova prática na gestão das políticas sociais em Cabo Verde	Cid. da Praia (Cabo Verde)	63
2019 - Interoperabilidade e cruzamento de informações: Fator essencial para um sistema de Proteção Social eficaz, eficiente e ao serviço dos cidadãos e cidadãs - Seminário e Visita de Estudo	Lisboa (Portugal)	6
2019 - Seminário sobre Governação dos investimentos de fundos do sistema previdencial	Maputo (Moçambique)	22
2019 - Seminário sobre o modelo atuarial de pensões da OIT	Maputo (Moçambique)	7
2019- Formação das equipas municipais do Cadastro Social Único - Ilha da Brava	Nova Sintra, Ilha da Brava (C. Verde)	4
2019- Interoperabilidade e cruzamento de informações: Fator essencial para um sistema de Proteção Social eficaz, eficiente e ao serviço dos cidadãos e cidadãs	Maputo (Moçambique)	27
2020 - Capacitação para utilização, levantamento e atualização da Carta Social no Tarrafal - ACTION/Portugal	Santiago (Cabo Verde)	22
2020 - Capacitação para utilização, levantamento e atualização da Carta Social na Ilha da Brava - ACTION/Portugal	Brava (Cabo Verde)	6
2020 - Capacitação para utilização, levantamento e atualização da Carta Social na Ilha do Maio - ACTION/Portugal	Ilha do Maio (Cabo Verde)	7
2020 - Capacitação para utilização, levantamento e atualização da Carta Social na Ilha de São Nicolau - ACTION/Portugal	Ilha do Fogo (Cabo Verde)	33
2020 - Capacitação para utilização, levantamento e atualização da Carta Social na Ilha do Fogo - ACTION/Portugal	Ilha do Fogo (Cabo Verde)	5

⁴ <https://www.ilo.org/lisbon/publicações/lang--pt/nextRow--10/index.htm>

https://www.ilo.org/lisbon/sala-de-imprensa/WCMS_744751/lang--pt/index.htm

⁵ <https://ecampus.itcilo.org/course/view.php?id=613>

2020 - Gestão financeira de uma Instituição de Segurança Social	Dili (Timor-Leste)	22
2020 - Mesa Redonda - Montagem do Sistema de Gestão e Informação dos Cuidados em Cabo Verde - ACTION/Portugal	Cid. da Praia (Cabo Verde)	29
2020 - Seminário Reforçar o papel da Proteção Social em Timor-Leste no apoio às Vítimas de Violência Doméstica	Dili (Timor-Leste)	8
2020 - Simpósio Nacional Próximos Passos para o Futuro da Segurança Social em Timor-Leste	Dili (Timor-Leste)	69
TOTAL		432

As atividades formativas presenciais foram implementadas nos diferentes países de acordo com a tabela seguinte.

Tabela 2. Distribuição por Países das Atividades Presenciais

País de realização das atividades	Nº de Atividades	%
Bissau - Guiné	1	6
Cabo Verde	11	61
Dili – Timor-Leste	2	11
Lisboa / Portugal	1	6
Maputo - Moçambique	3	17
Total	18	100%

Foram ainda realizadas 7 atividades à distância, que contaram com 610 participantes (tabela 2), estando em curso a realização de 2 atividades.

Tabela 3. Atividades realizadas “à distância”

Atividade	Participantes (Nº)
2020 - Capacitação para a utilização do aplicativo de Gestão do Rendimento Social de Inclusão em Cabo Verde	60
2020 - Curso à distância de Estatísticas da Proteção Social – Fase III	28
2020 - Curso à distância sobre o modelo atuarial de pensões da OIT: o futuro dos estudos atuariais	135
2020 - <i>E-Coaching on Social Protection: Towards Responsive Systems</i>	9
2020 - Seminário de otimização dos processos internos do INSS e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos ⁶	8
2020 - Webinar COVID-19 e o alargamento da cobertura de Proteção Social aos trabalhadores na economia informal	100
2020 - Webinar Espaço fiscal para a Proteção Social: Opções possíveis e casos concretos	50
2020 - Webinar Respostas no campo da Proteção Social à COVID-19 nos PALOP: Lições aprendidas – no quadro da Semana da Proteção Social de Moçambique	50
2020 - Webinar Respostas no campo da Proteção Social à Covid-19: um ponto da situação	100
610	

A atividade “Formação sobre gestão financeira de uma instituição de segurança social”, prevista para 7 a 11 de dezembro de 2020, na modalidade “à distância”, com 20 participantes previstos foi adiada para o início de 2021, a pedido do INPS de Cabo Verde.

⁶ Na realidade, esta foi uma atividade mista realizada no escritório da OIT Lisboa com 4 membros de uma delegação do Ministério e do INSS da GB transmitida via Zoom para uma pequena equipa de outras 4 pessoas em Bissau (incluindo o Diretor-Geral do INSS).

4.4. Atividades realizadas nos países beneficiários

No anexo 8.B encontram-se listadas, por objetivo e resultado previsto no documento de projeto, todas as atividades realizadas em cada país e o seu nível de implementação, assim como as atividades transversais e de coordenação. Nos parágrafos seguintes apresenta-se uma síntese das atividades mais importantes.

Angola. Durante o período de avaliação e apesar de continuar a não existir presença permanente de um Técnico do projeto, foram realizadas algumas importantes atividades, tais como:

- Formação conjunta com todos os PALOP sobre Estatísticas na Proteção Social – Fase II
- Apoiar a definição das etapas a seguir para a implementação de um sistema de estatísticas de segurança social em Angola.
- Recolha de dados e estatísticas nacionais para a elaboração do relatório estatístico sobre indicadores de Proteção Social em Angola.
- Encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições angolanas.

Estão em curso as seguintes atividades:

- Identificação em parceria com o novo projeto da OIT e UNICEF para Angola de estudos e diagnósticos de apoio ao processo de extensão da cobertura da segurança social (estima-se que 50% realizada).
- Prestar apoio técnico às instituições angolanas na definição das estratégias e acompanhamento da implementação das medidas de proteção social associadas à resposta à COVID-19 (75%).
- Apoiar a definição das etapas a seguir para a implementação de um sistema de estatísticas de segurança social em Angola (25%).

Cabo Verde. A presença permanente de um Técnico do projeto e o estado comparativo da proteção social neste país relativamente aos outros países beneficiários, traduz-se na implementação de um importante conjunto de atividades:

- Apoio técnico na implementação dos programas do MFIS-Direção Geral de Inclusão Social (DGIS) e ao CNPS no processo de auditoria dos processos de pensão social para garantir a alocação correta do benefício através de recurso a uma amostra.
- Prestar apoio técnico às instituições cabo-verdianas na definição das estratégias e acompanhamento da implementação das medidas de proteção social associadas à resposta à COVID-19.
- Reforço do sistema de informação e do banco de dados do CNPS e apoio na elaboração de um documento de reestruturação do Fundo de Solidariedade (uma prestação não contributiva atribuída aos idosos cabo-verdianos no estrangeiro) e sua tradução em diploma legal e na implementação das recomendações para a reestruturação do serviço de evacuações externas através da preparação da revisão e atualização do diploma legal que o regulamenta.
- Encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições cabo-verdianas e seguimento "on-the-job-training" para os municípios na utilização dos instrumentos de gestão das prestações que estão sob responsabilidade do MFIS.
- Reforço das capacidades dos(as) coordenadores(as) do CSU e dos vereadores municipais para as questões sociais e para a gestão descentralizada.
- Formação conjunta com todos os PALOP sobre Estatísticas na Proteção Social – Fase II.
- Elaboração do documento metodológico/ficha técnica para indicadores de proteção social sensíveis ao género no país e de um relatório sobre proteção social em Cabo Verde, em particular para apresentar os resultados do acompanhamento da meta 1.3 dos ODS.
- Promoção dos 100 anos da proteção social na OIT e da proteção social em geral.
- Capacitação de técnicos que acompanharão a recolha de dados para a Carta Social.
- Prestação de apoio técnico às instituições cabo-verdianas na definição das estratégias e acompanhamento da implementação das medidas de proteção social associadas à resposta à COVID-19.
- Reforço das capacidades e atividade de seguimento e *on-the-job-training* para os municípios na utilização dos instrumentos de gestão das prestações que estão sob responsabilidade do MFIS (incluindo CNPS).
- Mesa redonda sobre o sistema de gestão e informação dos Cuidados em Cabo Verde e participação no

Fórum "Ambição 2030" sobre a temática Estratégia de extensão da segurança social no horizonte 2030.

Guiné-Bissau. Com o apoio da Técnica da OIT baseada na Cidade da Praia, merecem destaque as seguintes atividades realizadas:

- Apoio ao diálogo nacional para a definição e adoção de uma política nacional de proteção social como parte do apoio comum de todos os parceiros de desenvolvimento e dar início ao processo de como parte do apoio comum de todos os parceiros de desenvolvimento.
- Acompanhamento da implementação das recomendações saídas do curso “Gestão financeira de uma Instituição de Segurança Social” que teve lugar em Bissau de 30 de setembro a 3 de outubro de 2019.
- Formação sobre gestão financeira de uma instituição de segurança social.
- Formação em aula e no local de trabalho em otimização dos processos internos do INSS e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.
- Formação conjunta com todos os PALOP sobre Estatísticas na Proteção Social – Fase II.

Estão em curso as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de um módulo de cálculo de pensões.
- Elaboração de fluxogramas detalhados dos procedimentos internos de gestão financeira.
- Desenvolvimento de um breve documento com uma listagem de indicadores chave e de um relatório estatístico básico mensal com indicadores de atividade.

Moçambique. Foram totalmente realizadas as seguintes atividades:

- Seminário sobre o modelo atuarial de pensões da OIT.
- Seminário sobre Governança dos investimentos de fundos do sistema previdencial.
- Formação conjunta com todos os PALOP sobre Estatísticas na Proteção Social – Fase II.
- Seminário técnico sobre Interoperabilidade e cruzamento de informações no sistema de Proteção Social: Fator essencial para um sistema de Proteção Social eficaz, eficiente e ao serviço dos cidadãos e cidadãs.
- Apoio à definição das etapas a seguir para a implementação de um sistema de estatísticas de segurança social.
- Recolha de dados e estatísticas nacionais para a elaboração do relatório estatístico sobre indicadores de Proteção Social.
- Seminário e visita de troca de experiências a Portugal sobre a integração das diferentes bases de dados e o acesso aos serviços, ganhos de eficiência dos sistemas de proteção social com base na interoperabilidade de bases de dados (registo nascimento, óbitos, NUIT, etc.).

Estão em curso as seguintes atividades:

- Elaboração de um estudo qualitativo que possa identificar e analisar os obstáculos/barreiras que atualmente fazem com que o número de contribuintes efetivos seja menor que os inscritos. Este estudo seria a base para avançar com um documento orientador na definição dos instrumentos a utilizar.
- Revisão da atual política/estratégia de investimentos de fundos de reserva dos sistemas de pensões, propondo potenciais melhorias conforme boas práticas internacionais na gestão de fundos de pensões.
- Colaboração no processo de apoio técnico às instituições moçambicanas na definição e implementação das medidas de proteção social associadas à resposta à COVID-19 focalizando-se na segurança social obrigatória (regime contributivo).
- Encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições moçambicanas.

Após o início da pandemia COVID19, o Governo de Moçambique atribuiu total prioridade ao tratamento dos assuntos relacionados com a pandemia, pelo que se verificaram alguns atrasos na implementação das atividades programadas anteriormente.

São Tomé e Príncipe. Entre as principais atividades destacam-se:

- Apoio à realização de um workshop para validar o relatório zero da Convenção 102 da OIT (que demonstra as condições para a ratificação).
- Formação conjunta com todos os PALOP sobre Estatísticas na Proteção Social – Fase II.
- Prestado apoio técnico às instituições são-tomenses na definição e nas estratégias de implementação

das medidas de proteção social sobretudo para a população idosa associadas à resposta à COVID-19.

Estão em curso as seguintes atividades:

- Elaboração de um plano de financiamento do sistema de cobertura universal de saúde.
- Desenvolvimento de ferramentas e procedimentos apropriados para a implementação do regime de segurança social dos trabalhadores independentes.
- Realização de encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições são-tomenses.

Timor-Leste. Apesar da entrada em funções só em julho de 2019 do Técnico da OIT que apoia o País, foram realizadas as seguintes atividades:

- Continuar a apoiar a elaboração do Plano de Ação da ENPS para a primeira fase de implementação da Estratégia.
- Apoiar o INSS no desenvolvimento dos seus procedimentos mediante o desenvolvimento de fluxogramas detalhados internos para o departamento financeiro do Instituto
- Desenvolver materiais de apoio à análise das diferentes opções disponíveis para o governo na área da Proteção Social no que toca ao combate aos efeitos socioeconómicos da pandemia COVID-19.
- Atualização da Estratégia Nacional de Proteção Social (ENPS) em linha com as recomendações do governo com vista a posterior apresentação e aprovação em Conselho de Ministros.
- Apoio ao Simpósio “Próximos passos para o Futuro da Segurança Social em Timor-Leste”

Estão em curso as seguintes atividades:

- Elaborar uma proposta de estratégia para garantir a sustentabilidade do alargamento da cobertura do regime contributivo de segurança social decorrente do recente incremento nas inscrições como resultado dos apoios prestados pelo INSS no quadro da COVID-19.
- Apoio ao processo de aprovação da Estratégia Nacional de Proteção Social e na implementação dos programas do MSSI – INSS (atividade contínua ao longo do projeto).
- Apoiar o MSSI no desenho das medidas de proteção social associadas à resposta à COVID-19, e prestar apoio técnico na elaboração das estratégias de implementação das medidas, incluindo o novo subsídio universal para todas as famílias.
- Desenvolvimento de planos de implementação para todas as áreas cobertas pela Estratégia Nacional de Proteção Social e apoiar o desenvolvimento de um estudo atuarial para o INSS.
- Incorporação do feedback recebido relativo à nova versão da ENPS de modo a que a mesma possa ser apresentada a Conselho de Ministros.
- Realização de encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições timorenses (atividade contínua ao longo de todo o projeto).
- Como consequência da COVID-19 e da declaração pelo Governo de Timor-Leste do Estado de Emergência a 28 de Março de 2020 o projeto identificou o programa de apoio monetário às famílias como área prioritária para apoio técnico; este programa, que prestou um apoio monetário de \$100 por mês (por dois meses) a quase 300,000 famílias, o que constituiu um esforço sem precedentes na área de Proteção Social, tanto no que toca à dimensão como no referente à celeridade de execução. No apoio à sua implementação, o projeto desempenhou um papel preponderante, em articulação com os parceiros de desenvolvimentos de Timor-Leste⁷.

4.5. Avaliação das atividades formativas

No final de cada atividade, os participantes nas ações do CIF/OIT são, em regra, solicitados para avaliarem a atividade que acabaram de frequentar preenchendo Questionários Finais de Avaliação (QFA), que inclui as seguintes questões⁸:

⁷ Nomeadamente na elaboração dos SOPs (*Standard Operating Procedures*) do programa, como ponto focal de toda a ONU junto do MSSI, na mobilização de recursos, na realização da reconciliação de todos os dados do programa e na preparação do seu relatório final.

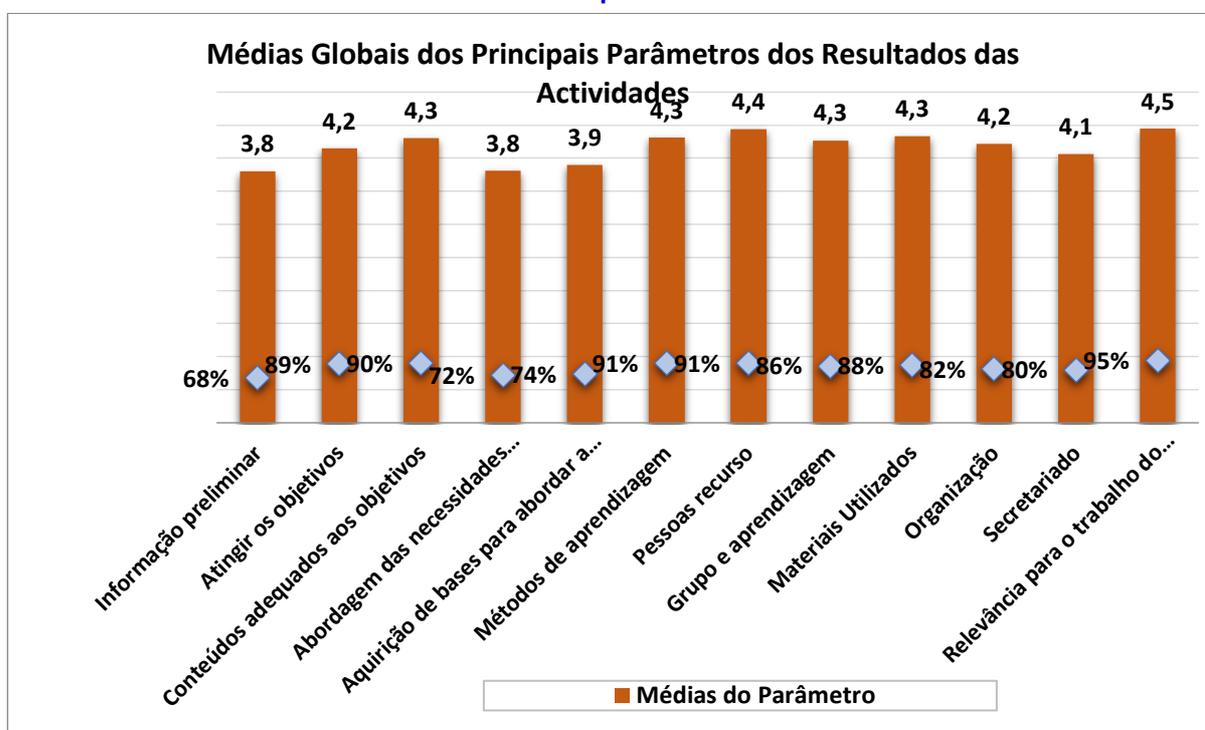
⁸ Em algumas atividades com características específicas (formato, duração e participantes) como Simpósios, Seminários e Webinars utilizaram-se questionários de avaliação mais breves preparados à medida.

- 1) Antes de participar na atividade, tinha suficientes informações para entender se esta poderia corresponder às suas necessidades de aprendizagem?
- 2) Em que medida os objetivos da atividade foram alcançados?
- 3) Dado os objetivos da atividade, quão apropriados foram os conteúdos da atividade?
- 4) O curso fez uma boa abordagem das necessidades específicas de mulheres e homens no âmbito do setor ou tema do curso?
- 5) Este curso ou atividade de formação permitiu-lhe adquirir ferramentas, competências ou conhecimentos para abordar a igualdade de género no setor em que trabalha?
- 6) Os métodos de aprendizagem utilizados foram geralmente apropriados?
- 7) Como avalia a contribuição global das pessoas-recurso?
- 8) O grupo de participantes com quem participou da atividade contribuiu para a sua aprendizagem?
- 9) Os materiais utilizados durante a atividade foram apropriados?
- 10) Considera que a organização/secretariado administrativo foi eficiente?
- 11) Os métodos utilizados para avaliar a sua aprendizagem são adequados?
- 12) Como poderá aplicar algo do que aprendeu?
- 13) Qual a probabilidade de a sua instituição/empregador beneficiar da sua participação nesta atividade?
- 14) Está satisfeito com a qualidade geral da atividade?

Os gráficos com os resultados dos QFA (Questionários Finais de Avaliação) estão disponíveis no projeto ACTION/Portugal e foram analisados individualmente para a elaboração dos gráficos síntese seguintes. Por razões de espaço não foram individualmente incluídos no presente relatório.

Em termos globais, no gráfico 1 incluem-se as médias atribuídas pelos participantes a cada um dos parâmetros avaliados.

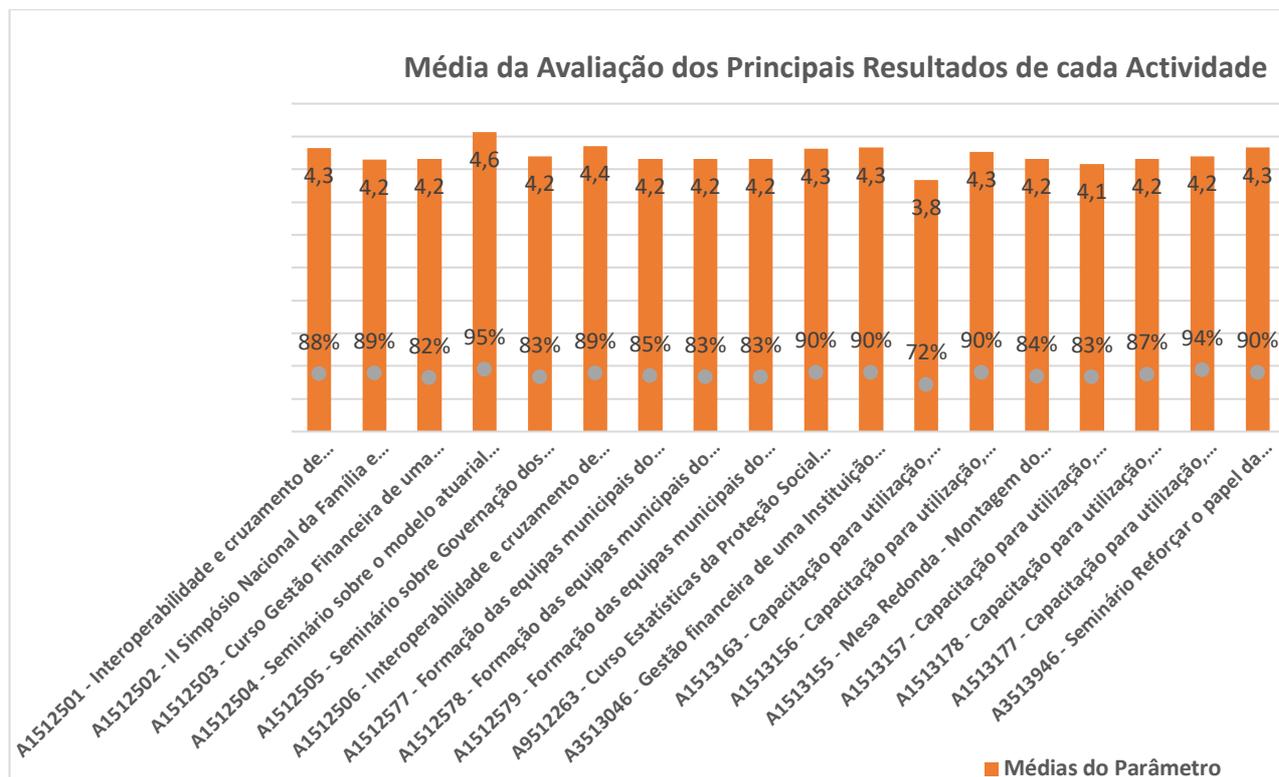
Gráfico 1. Médias dos parâmetros das Atividades



Verifica-se que apenas os parâmetros “Informação preliminar”, “Abordagem das necessidades específicas de género” e “Aquisição de bases para abordar a igualdade de género” têm uma avaliação menos boa (3.8, 3.8 e 3.9, respetivamente), sendo a média global de todos os parâmetros em todas as atividades de 4.21 e 85% dos participantes atribuído, em média, uma notação de 4 e 5.

As médias globais atribuídas pelos participantes a cada atividade são reflexo da avaliação de cada parâmetro e constam do gráfico seguinte:

Gráfico 2. Média da avaliação de cada Atividade



Verifica-se que praticamente todas as atividades tiveram uma avaliação muito positiva, com uma notação média sempre superior a 4 (numa escala de 1 a 5) e mais de 77% dos participantes atribuindo notas de 4 e 5; a única exceção foi a atividade A1513163 – “Capacitação para utilização, levantamento e atualização da Carta Social no Tarrafal - ACTION/Portugal” com uma notação média de 3.84 e 72% de avaliações com 4 e 5. No entanto, deve destacar-se que o projeto adotou uma estratégia, extremamente válida, de envolver técnicos nacionais nas atividades formativas nos municípios e que o público alvo dessas ações era claramente heterogéneo, o que terá prejudicado a sua perceção da atividade.

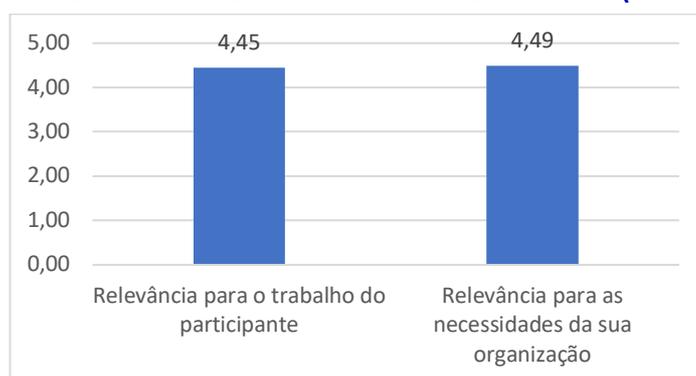
4.6. Interpretação dos dados

Com base na análise da documentação disponibilizada, dos questionários respondidos pelos participantes no final de cada atividade formativa (QFA), nas respostas aos questionários preparados para esta avaliação e das entrevistas mantidas com pessoas-recurso (da OIT e das pessoas chave das instituições nacionais envolvidas no projeto), é possível avaliar a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade, até ao momento, da fase 2 do projeto “ACTION/Portugal”.

4.6.1. Relevância

O projeto foi avaliado como muito relevante, tanto ao nível do seu desenho como dos processos de implementação, a partir das informações coletadas nos questionários realizados nesta avaliação e das respostas dadas nos QFA. A relevância das atividades do projeto ACTION foi avaliada a partir das informações coletadas nesta avaliação e das respostas aos QFA às questões “correspondência da formação para o desempenho do participante e para as necessidades da instituição”.

Gráfico 3. Relevância da Atividade Formativa (de 0 a 5)

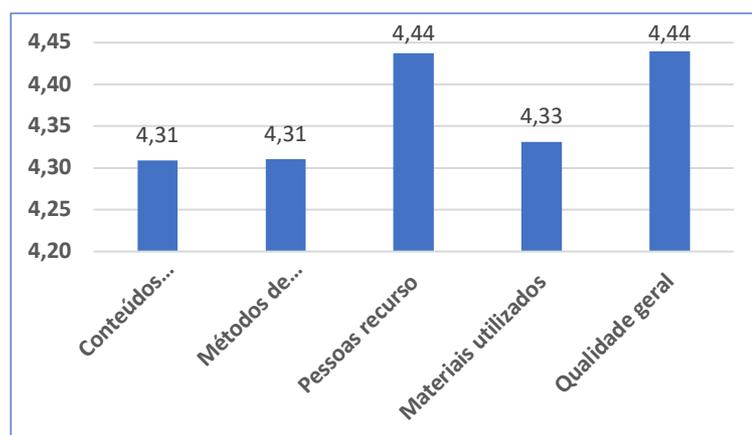


Verifica-se que as atividades formativas foram relevantes, tanto para os participantes como para as necessidades das organizações a que pertencem.

4.6.2. Eficiência

Como a eficiência está relacionada com custos e a forma como se implementaram as atividades, dada a natureza e os meios disponibilizados para esta avaliação intermédia (não incluindo deslocações aos países beneficiários), tomaram-se como base para este indicador a avaliação atribuída pelos participantes nas atividades formativas aos seguintes parâmetros: Adequação dos conteúdos aos objetivos, Métodos de aprendizagem, Pessoas-recurso, Materiais utilizados e Qualidade geral da atividade.

Gráfico 4. Avaliação dos participantes nas atividades formativas



Em conclusão, os participantes nas atividades formativas avaliaram muito positivamente os parâmetros usados para avaliar a eficiência do projeto nas ações formativas implementadas.

4.6.3. Eficácia

Para avaliar a eficácia da implementação do projeto até ao momento, tomou-se como base a avaliação atribuída pelas pessoas chave nacionais à implementação das atividades previstas. As suas respostas, constantes do [anexo 10](#), podem resumir-se no seguinte:

Desempenho global do ACTION/Portugal:

- “Bastante satisfatório o desempenho global do projeto ACTION/Portugal, pois o apoio disponibilizado tem permitido o reforço e a consolidação do sistema da proteção social no País.
- Globalmente é positivo, na medida em que está a contribuir significativamente para a mudança de mentalidade/comportamento e atitudes a nível de gestão administrativa e institucional e está a permitir colocar à disposição do país um conjunto de instrumentos e mecanismos internacionalmente aceites na gestão e modernização de instituições de protecção social.
- Muito satisfatória, pois tem participado na implementação das principais medidas do setor, prestando assistência técnica e financeira.”

Ações formativas

- “As acções formativas têm sido muito boas, não há grandes reclamações sobre os conteúdos e nem a qualidade da sua ministração.
- De 2017 a 2020 foram capacitados cerca de 200 técnicos a nível nacional, resultado da parceria com o ACTION. Acrescenta-se ainda ações de formação direcionadas à equipa Central do MFIS permitiu aprofundar conceitos na

área da Proteção Social.

- Foram relevantes do ponto de vista de capacitação e partilha de experiências com as instituições congéneres nas áreas de gestão financeira, administrativa e tecnológica das instituições de Segurança Social, nas estatísticas e pisos de proteção social da OIT, com impacto nos processos internos de gestão do INSS.
- Muito boas. As ações formativas têm permitido a capacitação dos dirigentes e técnicos que atuam na área da proteção social.”

Documentos disponibilizados

- “Foram e estão a revelar-se de enorme importância em termos comparados nos processos internos de gestão do INSS, nomeadamente, as directrizes internacionais da OIT entre outros.
- Muito úteis e têm sido um modelo na elaboração dos documentos institucionais do setor.
- Os documentos também são de grande qualidade e obedecem os padrões internacionais, sobre as matérias e metodologias mais modernas e actuais dos domínios abordados.”

Atendendo a que se trata de uma avaliação intermédia, considera-se que a avaliação dos Técnicos e Gestores nacionais do nível de implementação das atividades é claramente positiva.

4.6.4. Impacto

A melhor via para avaliar o impacto atual do projeto seria através da análise de parâmetros que evidenciassem a evolução da cobertura dos sistemas de proteção social nos diferentes países destinatários. Nesta linha seria efetuada uma comparação entre os valores desses parâmetros no início do projeto e o que se verifica atualmente, podendo a respetiva variação ser ou não suscitada pela implementação do projeto (o que subentenderia uma análise para identificar eventuais fatores externos afetando esses parâmetros).

Dada a dificuldade em obter dados atuais sobre esses parâmetros no contexto pandémico existente, assumiu-se que, face à natureza intermédia desta avaliação, se poderia prescindir dessa análise, pelo que, para estimar o potencial impacto atual do projeto identificaram-se, em cada país, as 3 principais realizações para que o projeto contribuiu. A tabela seguinte inclui essas realizações.

Tabela 4. Principais realizações do Projeto por País

País	Realização
ANGOLA	Identificação e início, em parceria com o novo projeto da OIT e UNICEF, de estudos e diagnósticos de apoio à extensão da cobertura da segurança social.
	Encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições angolanas.
	Recolha de dados e estatísticas nacionais para a elaboração do relatório estatístico sobre indicadores de Proteção Social em Angola
CABO VERDE	Implementação integral do Cadastro Social Único (em conjunto com o Banco Mundial) e do Programa de Transferência de Rendimento em parceria com o Ministério da Família e Inclusão Social.
	Reforço do sistema de informação e do banco de dados do CNPS e apoio na elaboração de um documento de reestruturação do Fundo de Solidariedade (prestação não contributiva para os idosos cabo-verdianos no estrangeiro) e sua tradução em diploma legal.
	Reforço das capacidades dos(as) coordenadores(as) do CSU e dos vereadores municipais para as questões sociais e apoio à realização do IIIº Encontro Nacional de Coordenadores municipais do Cadastro Social Único.
GUINÉ-BISSAU	Apoio ao diálogo nacional para a definição e adoção de uma política nacional de proteção social e para iniciar o processo de definição de uma política nacional de proteção social, como parte do apoio comum de todos os parceiros de desenvolvimento.
	Desenvolvimento de um módulo de cálculo de pensões e elaboração de fluxogramas detalhados dos procedimentos internos de gestão financeira.
	Preparação de um documento com uma listagem de indicadores chave e desenvolvimento de um relatório estatístico básico mensal com indicadores de atividade.
MOÇAMBIQUE	Revisão da atual política/estratégia de investimentos de fundos de reserva dos sistemas de pensões, propondo potenciais melhorias conforme boas práticas internacionais na gestão de fundos de pensões e apoio na realização de um Seminário sobre Governança dos investimentos de fundos do sistema previdencial.
	Apoio na implementação de atividades-chaves do “Plano Detalhado dos Projetos Operacionais para a Extensão da Cobertura”, tais como o balcão único de atendimento nos mercados urbanos e campanhas de divulgação nos meios de comunicação social.

	Apoio à definição das etapas a seguir para a implementação de um sistema de estatísticas de segurança social e na recolha de dados e estatísticas nacionais para a elaboração do relatório estatístico sobre indicadores de Proteção Social.
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	Apoio na elaboração de um plano de financiamento do sistema de cobertura universal de saúde.
	Contribuição para o desenvolvimento de ferramentas e procedimentos apropriados para a implementação do regime de segurança social dos trabalhadores independentes.
	Apoio à realização de um workshop para validar o relatório zero da Convenção 102 da OIT (que demonstra as condições para a ratificação)
TIMOR-LESTE	Contribuir para o processo de aprovação da Estratégia Nacional de Proteção Social e na elaboração do Plano de Ação para a primeira fase de implementação da Estratégia. Não obstante as alterações à programação, houve desenvolvimentos na finalização da ENPS, tendo a versão mais recente sido apresentada a diversos ministros (em novembro de 2020) e estando o Governo e a OIT confiantes que, apesar dos atrasos referidos, a ENPS possa ser apresentada e aprovada em Conselho de Ministros na primeira metade de 2021.
	Apoiar o MSSI no desenho das medidas de proteção social associadas à resposta à COVID-19, e prestar apoio técnico na elaboração das estratégias de implementação das medidas, incluindo o novo subsídio universal para todas as famílias.
	Realização de encontros e reuniões de análise e levantamento de necessidades com as instituições timorenses e apoio ao Simpósio “Próximos passos para o Futuro da Segurança Social em Timor-Leste”.

Da análise das realizações acima referidas pode constatar-se um impacto positivo da atividade do projeto nos sistemas de proteção social dos países beneficiários do seu apoio, apesar do contexto menos favorável decorrente da situação pandémica global e da crise económica e social daí decorrente.

4.6.5. *Sustentabilidade*

O projeto tem criado condições que assegurem a permanência no tempo dos impactos que tem suscitado. Em particular, devem referir-se dois efeitos que permitem justificar que o projeto está no bom caminho para assegurar a sua sustentabilidade:

- Ao nível institucional, a participação de 1042 Técnicos, Gestores nacionais e membros dos diferentes constituintes tripartidos da OIT (governo, organizações de trabalhadores e empregadores) de todos os países beneficiários contribui, para além da assistência técnica permanente proporcionada pelos Especialistas da OIT baseados em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, para a melhoria das instituições públicas e não governamentais intervenientes no domínio da proteção social em cada país.
- Ao nível político, a intervenção do projeto tem contribuído para colocar na ordem do dia a importância do reforço dos sistemas de proteção social, considerando-os essenciais para o combate à pobreza e a promoção da inclusão social. Esta atualidade é de crescente importância face à importância da proteção social nos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Naturalmente, a sustentabilidade do projeto será assegurada pela plena implementação dos diferentes instrumentos políticos aprovados e dependerá da própria evolução futura da situação sanitária, política, económica e social de cada um dos países, para além do empenho dos responsáveis nacionais (todas estas variáveis estão completamente fora do controlo do atual projeto e da sua equipa de gestão).

4.7. *Propostas para melhorar o desempenho do projeto*

Neste subcapítulo, citam-se, de forma sintética, as principais sugestões formuladas nos questionários e entrevistas para melhorar o desempenho do ACTION/Portugal. Por limitações de espaço, apenas se referirão as consideradas mais importantes quer nas entrevistas realizadas quer nas respostas aos questionários incluídas em anexos a este relatório⁹.

Ao nível do objetivo imediato 1

- A falta de envolvimento das entidades empregadoras nas discussões tripartidas e divulgação de análises legais para promover a adoção das convenções da OIT sobre Segurança Social.
- Aumentar a disponibilidade de meios financeiros (apesar do contexto de crise vivido na generalidade

⁹ Anexos 8, 9 e 10.

dos países) e o envolvimento de todos na execução e partilha de informações.

- Dificuldade em motivar e promover o envolvimento dos representantes dos empregadores.
- Incrementar a realização de discussões tripartidas em matéria de ampliação dos Pisos de Proteção Social.
- Contribuir para melhorar o envolvimento das pessoas chave nos processos decisórios em matéria de proteção social.

Ao nível do objetivo imediato 2

- A OIT deve continuar a manter a política de diálogo com os parceiros nacionais e continuar a demonstrar o interesse num trabalho conjunto com as instituições nacionais.
- Aperfeiçoar o seguimento das formações e a sua réplica nas instituições.
- Insistir mais na redução das desigualdades de género, ou seja, reforçar as capacidades para que sejam detetadas e eliminadas as desigualdades de género no domínio da Proteção Social.
- Sensibilizar os atores nacionais para melhorarem a organização dos serviços e darem respostas em tempo útil, diminuindo a burocracia nas instituições decisoras.
- Ultrapassar as dificuldades de realização de atividades ligadas aos planos, programas e políticas para estender a cobertura da proteção social através dos seus quadros legais e dos planos governamentais.
- Incrementar ações de intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas, tanto entre os países beneficiários e entre estes e Portugal, como ao nível da cooperação Sul-Sul. A este nível é fundamental a implementação das 4 recomendações para a promoção do intercâmbio de experiências e cooperação sul-sul já evidenciadas pelo projeto: *“(i) Expor os parceiros nacionais às experiências e práticas internacionais; (ii) Facilitar a cooperação técnica entre países beneficiários; (iii) Criar redes inter-países para promover o intercâmbio de conhecimento; e (iv) Disponibilizar experiências e conhecimentos provenientes de outros países do mundo de forma adaptada às necessidades dos países beneficiários”.*

Ao nível do objetivo imediato 3

- Continuar a identificar as necessidades de assistência técnica das instituições nacionais envolvidas na recolha, análise, tratamento e divulgação de dados estatísticos dos diferentes ramos da proteção social.
- Apoiar o fortalecimento das capacidades operacionais das instituições de proteção social na gestão, utilização de plataformas de tecnologias da informação e comunicação (TIC), sistemas estatísticos, bem como no desenvolvimento de indicadores e na monitorização do progresso dos ODS.
- Contribuir para o reforço dos mecanismos nacionais de coordenação interinstitucional, incluindo as agendas nacionais de estatística para a produção e consolidação de dados sobre os pisos do sistema de proteção social.
- Continuar a implementação de programas de formação para os técnicos nacionais envolvidos na produção de estatísticas de proteção social fiáveis e de qualidade e apoiar a produção de relatórios atualizados e disponíveis sobre os indicadores de proteção social refletidos nos ODS.

Ao nível do objetivo imediato 4

- Continuar a produzir materiais de apoio à gestão de políticas de proteção social, traduzidos e difundidos em língua portuguesa, assim como recursos audiovisuais, sistematizando as experiências na criação e extensão de Sistemas e Pisos de Proteção Social na CPLP, produzidos e difundidos em língua portuguesa e inglesa.
- Promover novos seminários inter-regionais (PALOP e Timor-Leste) para o intercâmbio de experiências inovadoras e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social, sobretudo no contexto da pandemia COVID19-
- Reforçar a difusão e consulta de documentos sobre a extensão da proteção social no quadro das estratégias da formalização, proteção social em saúde, implementação de pisos nacionais de proteção social, através da Plataforma de Proteção Social da OIT, do E-campus do ACTION/PORTUGAL do CIF-OIT e do grupo ACTION/Portugal no Facebook.

Ao nível geral

- A OIT deve continuar a manter a política de diálogo com os parceiros nacionais e continuar a

demonstrar o interesse num trabalho conjunto com as instituições nacionais.

- A OIT deve intervir junto dos governos e países com dificuldades de cumprimento para encontrar uma forma para que os objetivos do atual projeto possam ser efetivamente alcançados.
- Adotar um nível mais micro/nacional de atividades que tenha em conta as especificidades/realidades/necessidades de cada país, pois nos 6 países beneficiários existem níveis completamente díspares de desenvolvimento dos sistemas de proteção social.
- Assegurar uma maior presença do projeto nos países onde ainda não estão baseados técnicos do projeto (missões dos Especialistas dos Escritórios Regionais sempre que possíveis, assistência online, reuniões via Zoom, etc.).
- Continuar a investir no reforço das capacidades dos quadros das instituições de Proteção Social, reforçar e/ou na criação de novas parcerias, advogar pela estabilização dos quadros, por uma maior alocação de recursos financeiros e atenção à proteção social.
- Relacionamento mais próximo com os níveis mais altos do governo para auxiliar a aceleração do andamento de algumas atividades.

5. Conclusões

A implementação do projeto ACTION/Portugal, no período coberto por esta avaliação, pode ser considerada, no essencial, como positiva face aos seus objetivos de desenvolvimento e imediatos, resultados previstos e atividades programadas, não obstante a diversidade dos países a que se destina e o contexto em que se implementou a partir de março de 2020.

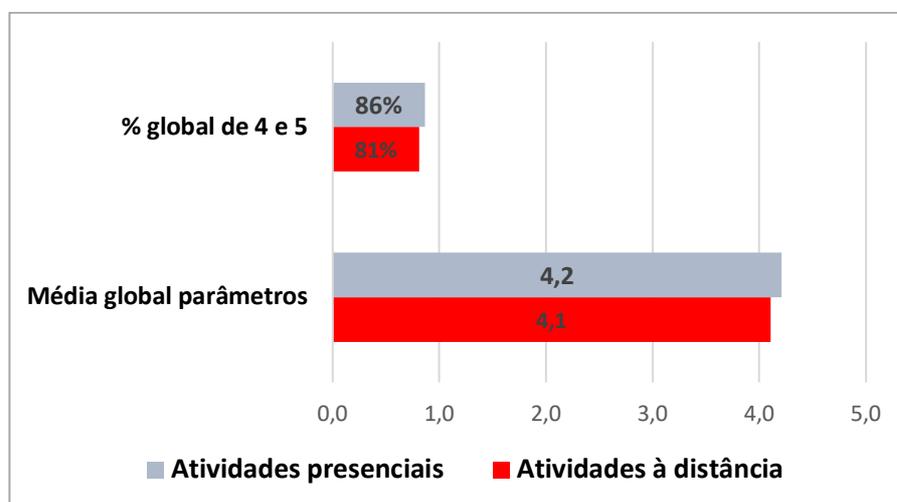
Na realidade, os seis países destinatários do projeto apresentam realidades distintas quer ao nível do seu contexto sanitário, político, económico, social e cultural quer do estado atual de desenvolvimento dos seus sistemas de proteção social e da disponibilidade e empenho dos seus responsáveis na implementação das atividades do projeto. Tal diversidade de situações, de contextos e de disponibilidade das autoridades nacionais tem sido tida em conta pelo projeto e suscitado adaptações que têm permitido ultrapassar alguns dos desafios colocados.

Em particular, a pandemia COVID19 teve um forte impacto quer sobre a implementação de atividades presenciais do projeto e em termos de missões de assistência técnica aos países, quer ao nível da disponibilidade de recursos para reforçar os mecanismos de proteção social dos cidadãos afetados.

O início da fase 2 das atividades do projeto foi bem concebido através da adoção de um conjunto de medidas que permitiram, em grande parte, superar os efeitos perversos da situação, continuar a apoiar os países, optando por um conjunto significativo de atividades à distância.

Uma especial conclusão deve ser referida, face às dúvidas que as atividades presenciais representam versus à distância, para as avaliações que os respetivos participantes fizeram de ambas as modalidades.

Gráfico 5. Avaliação dos participantes sobre Atividades “Presenciais” e “À distância”



Verifica-se que, contrariamente a algumas previsões que se poderiam ter inicialmente, não existe uma

diferença significativa entre as avaliações das 2 modalidades de implementação. Por outro lado, deve destacar-se que, tanto os Participantes como as Pessoas Chave, referiram a importância de continuarem a receber apoio do projeto através de modalidades online (ver anexos respetivos).

Ao nível da componente geral têm sido realizadas as atividades previstas centradas sobretudo na coordenação do projeto, na prestação de assistência técnica e no acompanhamento e monitorização das atividades a nível nacional, na preparação de Relatórios de Progresso (2019) e de Planos de Ação (2020 e a sua revisão face aos efeitos da pandemia), na elaboração de documentos de trabalho para atividades de formação em extensão da abrangência da segurança social aos grupos de difícil cobertura no quadro das políticas de formalização e de proteção social na saúde e de documentos técnicos em língua portuguesa (produção de novos estudos e traduções de documentos da OIT para a língua portuguesa).

A seleção de estudos e notas técnicas, decorrentes de experiências internacionais, que têm sido traduzidos para língua portuguesa servem permanentemente como materiais didáticos e de consulta técnica a todas as pessoas envolvidas nos processos de gestão da proteção social no quadro da CPLP.

No domínio da componente de formação foram realizadas 28 ações formativas com um total de 893 participantes dos PALOP e de Timor-Leste, em estreita colaboração com o CIF-Turim. A avaliação global dos participantes nessas atividades é muito positiva: uma média global dos diferentes parâmetros avaliados de 4,2 e com 84% dos participantes a atribuírem aos diferentes itens uma nota de 4 e 5 (numa escala de 1 a 5). As atividades formativas constituem um espaço de diálogo e de partilha de experiências, para além de proporcionarem boas oportunidades para os Especialistas da OIT interagirem com os interlocutores dos países destinatários do Projeto e compreenderem as suas necessidades, os desafios em cada país e as prioridades em termos de áreas de intervenção.

Ao nível de Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, onde o projeto dispõe de especialistas baseados localmente, as atividades decorrem satisfatoriamente e são apreciadas pelos constituintes tripartidos da OIT. Este trabalho de assistência técnica permanente é muito importante para o fortalecimento das instituições nacionais, o reforço do tripartismo e do diálogo social. Desta forma, o ACTION/Portugal contribui para a promoção do desenvolvimento social e económico, para atingir dos ODS em cada país e para a melhoria da gestão e da sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

As expectativas criadas, os novos desafios (quer os gerados pela pandemia quer os resultantes do cumprimento dos OSD) e as condições objetivas que o projeto ACTION/Portugal criou, manteve e fortaleceu, justificam plenamente a confiança que os Técnicos participantes nas atividades de caráter formativo e as pessoas chave dos países beneficiários depositam na continuidade e reforço deste importante projeto.

6. Lições aprendidas e boas práticas

6.1. Lições aprendidas

Entre as lições aprendidas, devem destacar-se os principais aspetos positivos resultantes da implementação até ao momento do ACTION/Portugal, assim como os principais desafios enfrentados.

Entre os aspetos positivos evidenciados pela implementação do projeto, podem destacar-se:

- Uma visão conjunta da situação dos sistemas de proteção social nos países beneficiários e uma melhor partilha da informação, dos conhecimentos e de experiências internacionais relevantes entre os atores nacionais no domínio da proteção social.
- Uma adequada planificação das atividades, traduzida em planos de ação que permitem avaliar de forma sistemática o avanço real do projeto e envolver os constituintes nacionais da OIT nas realizações do projeto.
- A coordenação estabelecida com o GEP do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, salientando-se a mais-valia do apoio e participação dos representantes das instituições portuguesas nas atividades de formação implementadas.
- O envolvimento das representações diplomáticas de Portugal nos seminários realizados nos países destinatários.
- A boa articulação a todos os níveis entre a equipa da OIT (Genebra, Turim, Escritórios regionais e sub-regionais, PALOP e Timor-Leste).
- O alinhamento das atividades do ACTION com o trabalho da OIT e de outros parceiros realizado nos diversos países, nomeadamente na procura de sinergias com as intervenções de outras agências das Nações Unidas e de outros parceiros internacionais (bi e multilaterais)..
- A capacidade do projeto para responder a solicitações pontuais e não previstas das instituições nacionais no domínio da proteção social, como foi o caso da pandemia COVID19.
- A integração plena do projeto no “Programa Mundial para Construir Pisos de Proteção Social para Todos” visando apoiar os países na construção de pisos de proteção social (PPS), enquanto garantias de proteção social básica para todos, através do desenvolvimento de capacidades para planear, conceber, implementar e operar regimes e sistemas apropriados ao contexto de cada país.
- Os esforços para promover a articulação entre as instituições dos sistemas de proteção social (instituições governamentais do Trabalho e Solidariedade, da Ação Social e da Saúde e não governamentais, tais como os representantes de empregadores e de trabalhadores).
- O bom nível de satisfação das instituições e dos países com as atividades realizadas, tal como foi demonstrado pelas respostas aos questionários preparados nesta avaliação e pelas entrevistas realizadas.
- A produção de estudos, documentos técnicos e vídeos ou documentários em língua portuguesa, disponíveis não apenas para os países destinatários do projeto, mas para toda a comunidade lusófona.
- A criação de dinâmicas de Cooperação Sul-Sul entre os países lusófonos na partilha de conhecimentos e de experiências (PALOP e Timor-Leste).
- Articulação entre instituições do regime contributivo e não contributivo.
- Incorporação de uma visão abrangente e integrada do desafio da extensão e reforço da cobertura de proteção social englobando outras áreas prioritárias como emprego, formação profissional, educação, etc...

Entre os desafios encontrados, salientam-se:

- As dificuldades em realizar ou desenvolver atividades nos países onde não existe a presença física de um Escritório ou de um Especialista da OIT ou quando essa presença é insuficiente em termos de recursos disponíveis (como, por exemplo, é o caso de Timor-Leste).
- A gestão das expectativas por parte dos países beneficiários e das respostas possíveis de serem dadas com os limitados recursos do projeto face aos grandes desafios e ao número de países destinatários (6).

- Os níveis muito diferentes de desenvolvimento dos sistemas de proteção social nos vários países beneficiários e a consequente necessidade de trabalhar, em simultâneo, a níveis muito diversificados.
- A complexa, e por vezes quase inexistente, articulação entre as várias instituições implicadas nos diferentes Pisos de Proteção Social que dependem de diferentes tutelas (mais pronunciada em alguns países).
- A burocracia institucional e as questões políticas a nível nacional (p. ex. eleições, mudança de governantes e responsáveis nacionais, alterações institucionais, elevado tempo de decisão política, etc.).
- A escassez, em alguns países, de recursos humanos e financeiros e orçamentais para que possam implementar oportunamente as atividades geradas pelas iniciativas desenvolvidas.
- As dificuldades em fazer chegar informação prévia diretamente aos beneficiários das atividades de formação. Sendo o conhecimento de informação clara e completa sobre as atividades formativas essencial para o seu sucesso, é desejável que os nomes e contactos dos participantes propostos sejam disponibilizados com antecedência para que possam receber e analisar informação prévia sobre a ação, aumentando a probabilidade de satisfazer as expectativas e necessidades dos participantes, para além de contribuir para a formação de grupos mais homogêneos.
- Dificuldade em garantir um maior equilíbrio do tratamento das questões de género nas várias atividades, embora se deva ter consciência que este problema, na grande maioria das instituições nacionais, é de natureza estrutural (dada a sub-representação das mulheres nela existente).
- Insuficiente conhecimento dos objetivos, resultados e atividades do projeto em instituições intervenientes em domínios da proteção situados fora do mandato dos ministérios do Trabalho nacionais (Saúde, Ação Social, etc.), por dificuldades de comunicação existentes entre elas.

6.2. Boas práticas

No que se refere a identificar um conjunto de procedimentos que possam ser caracterizados como boas práticas, é possível referir o seguinte:

- No início da fase 2, a equipa do projeto preparou um conjunto de inovações relativamente à fase anterior que se traduziram numa melhoria da coordenação do trabalho em equipa, dos relatórios técnicos e documentos informativos, da plataforma eletrónica do projeto, das publicações, dos seminários e ações de formação/capacitação e da imagem e comunicação do projeto (ver documento disponível nas publicações online do projeto).
- A boa articulação a todos os níveis entre a equipa da OIT (Genebra, Turim, Escritórios regionais e sub-regionais, PALOP e Timor-Leste) permitiu uma coordenação mais eficiente do projeto bem como a manutenção de um nível adequado de alinhamento das atividades do CIF/OIT com o trabalho de assistência técnica realizado nos diversos países beneficiários do projeto.
- Em termos de gestão do conhecimento e estratégia de comunicação, a equipa do projeto ACTION/Portugal produziu e difundiu documentos de natureza diversa tais como resumos técnicos, notas técnicas e estudos técnicos, e preparou a versão portuguesa de vários documentos (estudos, notas técnicas, resumos técnicos), baseados em experiências internacionais bem-sucedidas, bem como a produção e adaptação de vídeos divulgados na Plataforma de Proteção Social da OIT e no CIPS.
- A revisão do plano de ação inicialmente previsto para 2020 (apesar da falta de certezas e da ausência de um quadro de referência sobre o que irá acontecer e quais serão os desenvolvimentos nos próximos meses), o projeto adotou decisões estratégicas que visaram assegurar que a continuação da ação do ACTION (articulada a partir dos países envolvidos no Projeto com a indicação dos eixos de ação prioritários e da estratégia de intervenção e dos pressupostos, riscos e potencialidades para cada país), visando ainda atividades específicas para além das relacionadas com a COVID-19, para evitar inúteis repetições:
 - Realinhamento do apoio técnico aos países para a definição e acompanhamento das medidas COVID-19 que a serem implementadas nos vários países.
 - Reprogramação das atividades que exigiam missões e momentos presenciais sobretudo de formação e de intercâmbio de experiências para os últimos quatro meses do ano e a programação de seminários online (webinars) para assegurar a presença do projeto, nesta fase difícil, a nível da

reflexão a análise de temas de interesse e relevância para as instituições interessadas dos países beneficiários.

- Alterações no conteúdo e nos objetivos de algumas atividades e incorporação de novas publicações e instrumentos para apoiar, acompanhar e analisar o trabalho que está a ser desenvolvido para enfrentar a crise provocada pela COVID-19 não só em Portugal, nos PALOP e Timor-Leste, mas também a nível internacional.

7. Recomendações

As principais recomendações e sugestões a formular na sequência da avaliação efetuada são as seguintes:

- i) Como os resultados apresentados neste relatório são significativamente positivos para a generalidade dos aspetos cobertos por esta avaliação, dever-se-iam fazer todos os esforços para **manter os atuais padrões de qualidade** na etapa final da sua implementação, continuando a planificar as atividades formativas em função do atual contexto pandémico e da assistência técnica possível de disponibilizar em cada país, aperfeiçoando o seguimento das atividades e a sua réplica nas instituições.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
Toda a equipa do projeto; Escritórios Regionais; SOCPRO	Média	dezembro de 2021	Reduzido

- ii) Melhorar a **informação prévia sobre as atividades formativas**, por exemplo através da recolha antecipada dos nomes dos participantes indicados por cada país e estabelecendo uma comunicação direta com os mesmos, fornecendo-lhes antecipadamente todos os detalhes da ação em que irão participar, divulgando – sempre que possível - o calendário de formações no início de cada ano para facilitar a disponibilidade dos técnicos nacionais e, assim, proporcionando-lhes tempo para se programarem devidamente para essas atividades.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
Equipa do projeto; CIF-OIT; SOCPRO	Média	junho de 2021	Reduzido

- iii) Melhorar o **envolvimento das pessoas chave no processo decisório nacional** em matéria de proteção social, intervindo junto dos responsáveis dos governos e países com dificuldades, visando identificar as vias possíveis para que os objetivos do projeto de reforçar e alargar os Pisos de Proteção Social possam ser efetivamente alcançados.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
SOCPRO; Escritórios Regionais da OIT	Média	dezembro de 2021	Reduzido

- iv) Promover uma maior **sensibilização dos representantes de trabalhadores e de empregadores** sobretudo na importância da área não contributiva para a luta contra a pobreza e pela inclusão (por exemplo através do envolvimento de ACT/EMP e ACTRAV em algumas atividades formativas) e incrementar a realização de discussões tripartidas em matéria de proteção social.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
SOCPRO; Equipa do projeto; Escrit. Regionais (ACT/EMP; ACTRAV)	Alta	dezembro de 2021	Reduzido

- v) Estimular, não obstante os problemas estruturais existentes nesse domínio, uma ainda maior participação de mulheres nas atividades do projeto e, sobretudo, **reforçar o tratamento das questões de género** nos manuais e documentos de apoio às atividades formativas, insistindo mais na superação das desigualdades de género (ou seja, reforçar as capacidades para que sejam detetadas e eliminadas

as desigualdades de género ao nível das políticas e estratégias e programas no domínio da Proteção Social).

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
CIF-OIT; SOCPRO; Equipa do projeto	Média	junho de 2021	Reduzido

- vi) Incluir **novos temas** (ligados à problemática do subsídio de desemprego, informatização de serviços, etc.) e **aprofundar temas já tratados** nas atividades anteriores (por exemplo, recolha e tratamento de dados na proteção social/estatísticas e o alargamento da cobertura de proteção a todos e ao longo do ciclo de vida, Cadastro Social Único, Carta Social, etc.).

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
CIF-OIT; SOCPRO; Equipa do projeto	Média	junho de 2021	Médio

- vii) **Reforçar as atividades online**, tais como cursos à distância, webinars, disponibilização de documentos e informações pertinentes e assistência técnica (via plataformas tipo Zoom, Skype, Teams, etc.); acima de tudo, manter contactos regulares via internet com os países que não dispõem de presença permanente de Técnicos do projeto.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
Equipa do projeto; SOCPRO; CIF/OIT	Alta	março de 2021	Reduzido

- viii) Reforçar as assistências e capacitação dos serviços nas **medidas de proteção no âmbito da COVID** e no **pós COVID** e trabalhar na regulamentação das medidas de emergências implementadas durante a crise da Pandemia.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
SOCPRO; Equipa do projeto; CIF/OIT	Alta	março de 2021	Reduzido/Médio

- ix) Melhorar a **disseminação dos produtos de conhecimento** aos técnicos nacionais, fomentando a utilização das diferentes plataformas disponíveis (ACTION/Portugal no Facebook, SOCPRO, Escritório de Lisboa da OIT, ...) para uma maior e mais fácil acesso/divulgação desses produtos.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
SOCPRO; OIT/Lisboa; CIF/OIT; Equipa do Projeto	Média	Permanente	Reduzido/Médio

- x) Continuar e reforçar a colaboração com outras iniciativas de ajuda ao desenvolvimento dos sistemas de proteção social (bi ou multilaterais), procurando sempre a geração de sinergias, a complementaridade e a não duplicação de esforços.

Unidades Responsáveis	Prioridade	Questões temporais	Esforço Financeiro
SOCPRO; CIF/OIT; Equipa do Projeto	Média	Permanente	Reduzido

8. Anexos

- 1. *Termos de referência para a avaliação intermédia do projeto ACTION/Portugal***
- 2. *Documentação consultada***
- 3. *Lista das pessoas inquiridas e/ou contactadas***
- 4. *Relatório inicial/ “Inception Report”***
- 5. *Questionário aos Participantes nas Atividades do projeto***
- 6. *Questionário às Pessoas Chave dos países beneficiários***
- 7. *Questionário aos Técnicos da OIT intervenientes nas atividades do projeto***
- 8. *Balanço das atividades realizadas em 2019 e 2020***
- 9. *Resultados dos Questionários aos Participantes nas Atividades***
- 10. *Resultados dos Questionários às Pessoas Chave dos países***
- 11. *Principais Lições Aprendidas (Formato OIT)***
- 12. *Principais Boas Práticas emergentes do Projeto (Formato OIT)***